

Universidade de Brasília - UnB
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional - PPGDSCI

João Rodrigues Quaresma Neto

**Desenvolvimento e políticas públicas: análise da
'formação cidadã' no âmbito do PNLD (2015-
2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Orientadora: Dr^a. Viviane de Melo Resende

Brasília, Março de 2016

Universidade de Brasília - UnB
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional - PPGDSCI

João Rodrigues Quaresma Neto

Desenvolvimento e políticas públicas: análise da
'formação cidadã' no âmbito do PNLD (2015-
2017)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Viviane de Melo Resende (PPGDSCI/ PPGL - UnB)

Profa. Dra. Adriana Almeida Sales de Melo (FE - UnB)

Profa. Dra. Francisca Cordélia Oliveira da Silva (PPGL - UnB)

Brasília, Março de 2016

A Norberto Jorge Pinto
Filho, cujo auxílio foi
imprescindível para que
esse trabalho chegasse
ao fim.

Agradecimentos

A concretização desse trabalho só foi possível porque tive o privilégio de poder contar com a ajuda – repleta de afeto – de diversas pessoas. Em primeiro lugar, eu agradeço imensamente a minha orientadora, Viviane de Melo Resende. Seu empenho para que eu pudesse produzir um material de qualidade foi impressionante. Mais impressionante ainda foi seu respeito pelos meus posicionamentos tanto epistemológico quanto político e estético. Tive a rara chance – e disso sou inteiramente consciente – de ter sido orientado por alguém capaz de “comprar a briga de seus orientandos/as”. Apenas por essa rara oportunidade, já teria valido o curso de mestrado no PPGDSCI.

Em segundo lugar, devo agradecer a todos/as os/as profissionais ligados/as ao programa de Linguística (PPGL-UnB) com que pude entrar em contato e aprender muito (mesmo que de forma, muitas vezes, dubitativa). Eu agradeço, portanto, às professoras Cordélia Oliveira, Maria Luiza Coroa e Carmen Jená. Em um sentido próximo, eu agradeço a Jacques, Sinara, Pablo e Pilar (orientandos/as da Viviane, mas na Linguística). Aprendi e me diverti demais com esse grupo!

Em terceiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão pelo apoio familiar. Por um lado, a ajuda obstinada da minha mãe, que possibilita minha persistência nesse caminho tortuoso da vida acadêmica (a despeito dos meus passos titubeantes). Por outro lado, o companheirismo do Norberto... Não saberia expressar o quanto ele me ajudou... Basta dizer que, simplesmente, ele digitou trechos da minha dissertação quando, por causa do princípio de tendinite, eu já não conseguia mais fazê-lo.

Guardo, então, meus agradecimentos finais às secretarias do PPGDSCI: Luciana, Leci e Flávia, que foram (quase) sempre muito gentis comigo.

Resumo

Esta dissertação resulta de um esforço reflexivo híbrido produzido no *Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional* (PPGDSCI) da Universidade da Brasília (UnB). De forma interdisciplinar, foi analisado como a diretriz da *Formação Cidadã*, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), contribui para o fomento ao respeito à diversidade de gênero por meio de livros didáticos (LD) de História do Ensino Médio no atual triênio (2015-2017). O corpus analisado foi composto pela coleção mais utilizada no Distrito Federal (*Oficina de História*) e o aporte teórico-metodológico utilizado é proveniente do diálogo com a tradição brasileira em Análise Crítica de Discurso (ADC). Como resultado analítico foi demonstrado alcances e limites dessa prática de governança materializada no corpus supracitado.

Palavras-chaves em português: Desenvolvimento, Políticas Públicas, PNLD, Ensino de História, Análise Discursiva, Cidadania.

Abstract

This Master's thesis is a result of a hybrid reflexive effort conducted in the *Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional* (PPGDSCI) at the University of Brasília (UnB). In an interdisciplinary basis, it was analyzed how the *Formação Cidadã* [Citizenship Development], issued from the Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) [National Program of School Books], help to increase the respect for gender diversity through History books used in Secondary Schools during the current triennial (2015-2017). The analyzed *corpus* was composed by the most consumed collection in the Distrito Federal (*Oficina de História*). The theoretical and methodological approach applied comes from a dialogue with a local tradition in *Critical Discourse Analysis* (CDA). In terms of analytical outcome, it demonstrates scopes and limitations of this governance practice materialized in the *corpus* abovementioned.

Key-words: Development, Public Policies, PNLD, History Teaching, Discursive Analysis, Citizenship.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
---------------------------	----------

CAPÍTULO 1

LIVROS DIDÁTICOS EM PERSPECTIVA	<u>14</u>
1.1 EM TORNO DOS LIVROS DIDÁTICOS	14
1.1 A FORMAÇÃO CIDADÃ.....	17

CAPÍTULO 2

POR ENTRE FRONTEIRAS DISCIPLINARES.....	<u>21</u>
2.1 ENTRE SOCIOLOGIA E LINGUÍSTICA	21
2.2 O CONTINUUM E SEU CONTEXTO	23
2.3 O CONTINUUM E SUA APLICABILIDADE.....	28

CAPÍTULO 3

POLO HERMENÊUTICO: MACROANÁLISE.....	33
3.1 FEMININO NO VOLUME 1	34
3.2 FEMININO NO VOLUME 2.....	42
3.3 FEMININO NO VOLUME 3.....	47
3.4 LGBTQ+ NO VOLUME 3	56

CAPÍTULO 4

POLO ESTRUTURAL: MICROANÁLISE	<u>60</u>
4.1 “MULHERES NO TEATRO DO MUNDO”	62
4.2 “ÀFRICA: O REINO DOS NGOLAS ENTRE HOLANDA E PORTUGAL”	66
4.3 “AS MULHERES E A REVOLUÇÃO DE 1848”	71
4.4 “AS MULHERES NA POLÍTICA”	73
4.5 “GOVERNO DILMA”	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é o resultado de um esforço reflexivo híbrido produzido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) da Universidade da Brasília (UnB). Esse programa *suis generis* pertence ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), que congrega professores/as de diversos departamentos e faculdades a fim de estimular produção científica que extrapole fronteiras disciplinares. A ambição, portanto, de romper tais fronteiras é marcante no PPGDSCI e, conseqüentemente, em suas duas linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Políticas Públicas e Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

A pesquisa aqui apresentada se enquadra na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas, na qual procuramos refletir sobre como determinadas práticas de governança podem promover equidade social e, portanto, desenvolvimento social. A partir dessa perspectiva e vigilantes ao desafio multidisciplinar, almejamos contribuir para o debate acerca de dinâmicas governamentais que promovem certos graus de respeito à diferença. Sob essa mesma perspectiva, entendemos que o respeito à diversidade humana é uma peça-chave para o jogo democrático, e por isso deve ser apreendido como um indicador per se de desenvolvimento.

Dentre os vários temas passíveis de serem abordados nessa interseção entre práticas de governança, desenvolvimento social e o respeito democratizante à alteridade, elegemos como tema de pesquisa o fomento ao respeito à diversidade de gênero por meio de políticas públicas educacionais. Essa escolha temática é caudatária de dois fatores principais. Primeiro, consideramos premente produzir conhecimento crítico sobre como o Estado brasileiro se posiciona frente à diversidade e fomenta a cidadania, tendo em vista o atual recrudescimento de movimentos conversadores na política nacional (que não nos deixam esquecer que a retomada do regime democrático é relativamente recente). Segundo, entendemos que políticas públicas educacionais podem contribuir singularmente para uma convivência harmoniosa em relação às várias alteridades que inevitavelmente compõem o tecido social de um Estado-nação.

Sob esse escopo temático, procuramos universos de pesquisa – no âmbito educacional – que espelhassem a atuação do governo brasileiro no que tange a difusão do valor democratizante do respeito à diferença. Nessa busca fomos levados ao universo dos livros didáticos e do que eles representam como política da diferença. Deparamo-nos como o Programa Nacional do Livro

Didático (PNLD) e a gestão da diversidade que ele compreende. Esse programa, que deriva da prerrogativa do ensino gratuito e de qualidade, é uma vultosa¹ política de Estado.² Baseia-se na avaliação, compra e distribuição de livros para educação básica (níveis fundamental e médio) contemplando uma quantidade impressionante de estudantes em todo território nacional.³ Ou seja, os livros do PNLD – distribuídos gratuitamente – participam intensamente do cotidiano das escolas públicas, expondo o corpo discente a determinadas visões de mundo chanceladas pelo Estado. Conseqüentemente, eles incidem na formação do olhar de uma parcela expressiva da juventude brasileira em relação a si mesma e à sociedade que integra.

Examinar esses recursos pedagógicos configura, então, um meio de investigar o projeto de identidade nacional forjado pelo Estado brasileiro⁴ e a concepção de cidadania que lhe é subjacente. Tal premissa é particularmente verdadeira no caso dos livros de História porque são eles que veiculam a versão oficial (portanto, a que tende a engendrar maior consenso) do que venha ser o Brasil e o mundo através do tempo; afinal, a apropriação dessa versão é imprescindível, mesmo que em graus bastante variados, para que alunos/as obtenham êxito no sistema escolar.

Se considerada exclusivamente a concepção subjacente de cidadania (e, particularmente, a questão de gênero), a centralidade dos livros de História é ainda mais evidente. Um dos critérios avaliativos dos livros de História selecionados no âmbito do PNLD refere-se ao potencial de fomentar a cidadania por meio de uma diretriz pedagógica chamada de “formação cidadã”. Essa diretriz, como será detalhado adiante, trata especificamente do respeito à diversidade (em que a questão de gênero ganha espaço destacado). É relevante mencionar, entretanto, que recursos didáticos de outras disciplinas, como os de Língua Portuguesa (BRASIL, 2014a), também integram, em alguma medida, uma pretensão de fomento à cidadania, mas nenhum como os de

¹ É um gasto bilionário e crescente. Apenas em 2015, o investimento total na compra de livros de todas as séries e disciplinas foi de R\$ 1.330.150.337,36 (Fonte: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>, consultado em 18/04/15).

² A escolha pelo uso do termo política de Estado e não, por exemplo, política pública, deve-se ao fato de que, em primeiro lugar, em documentos oficiais é assim que o PNLD é apresentado, ou seja, foi priorizado aqui o uso de categorias nativas. Em segundo lugar, neste trabalho se entendem políticas públicas como uma ação maior dentro da qual se inserem programas de governo (tal qual o PNLD). Essa flutuação terminológica é patente, haja vista a inexistência de consenso na literatura especializada acerca da definição precisa do conceito de políticas públicas (SILVA & BASSI, 2012).

³ Os livros são distribuídos para todas as escolas públicas de ensino. Em 2015, o PNLD atendeu ao total de 28.919.143 alunos (Fonte: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>, consultado em 18/04/15).

⁴ Projeto de identidade nacional é percebido como um derivativo do processo de *nation-building* (TILLY, 1975); assume-se que ele possa ser bastante heterogêneo e mesmo paradoxal.

História, que, como explicado, são avaliados explicitamente de acordo com essa diretriz específica.

Diante dessas considerações, o objetivo da pesquisa não poderia ser outro senão analisar como livros didáticos de História – recomendados pelo PNLD – expressam a política da diferença do Estado brasileiro. Dito de outra maneira, propomo-nos investigar como se materializa a gestão da diversidade proposta pela “diretriz cidadã” nesses recursos pedagógicos. A proposta analítica, por conseguinte, é documental e visa rastrear e problematizar sentidos atribuídos à questão de gênero nesses suportes que potencialmente incidem na construção de visões de mundo para um número expressivo de brasileiros/as.

No que concerne à operacionalidade da pesquisa, o corpus deste estudo documental é composto de textos da coleção mais consumida⁵ no Distrito Federal (adotado por 18 escolas, cerca de 20% do total), para o Ensino Médio, no atual triênio (2015-2017), a saber, Oficina de História em sua versão seriada (um livro para cada ano). A delimitação em relação ao Ensino Médio responde à estratégia de restringir a pesquisa aos três anos finais da Educação Básica, quando os/as estudantes são preparados/as para a entrada na fase adulta, ou seja, quando passam a exercer plenamente, em termos de direitos e deveres, a cidadania brasileira.⁶

Partimos do princípio de que o corpo discente do Ensino Médio já esteja, em sua grande maioria, fisiologicamente preparado para o entendimento de complexas estruturas argumentativas, em consonância com o que está preconizado nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN, 2006), que regem em primeira instância a construção desses recursos pedagógicos, como será discutido posteriormente nesta dissertação.

A delimitação em torno dos livros mais utilizados no Distrito Federal deveu-se à pretensão de construir uma dissertação em diálogo com o domínio das ciências sociais aplicadas. Neste domínio, o trabalho acadêmico deve ser desenvolvido numa perspectiva de engenharia social que leve em consideração a necessidade de se produzir conhecimento pautado na possibilidade de sua aplicabilidade (o que será detalhado no segmento teórico-metodológico,

⁵ Dados fornecidos pelo *Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação* (FNDE), em solicitação pessoal, durante trabalho de campo, realizado nesta instituição em 30 de abril de 2015. Enquanto o Ministério da Educação (MEC) se ocupa do caráter mais propriamente pedagógico do Programa Nacional do Livro Didático, o FNDE tem como responsabilidade a gestão financeira do programa.

⁶ Um possível questionamento a esse respeito é a escolha de não trabalhar com os livros destinados à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso também decorre da necessidade de limitar o escopo da pesquisa, porque se entende que a discussão sobre essa modalidade específica de ensino exigiria outra investigação.

quando veremos que este procedimento relacionável às engenharias sociais é também entendido como pertencente às ciências ditas críticas).

O objetivo final desta pesquisa, então, é contribuir para uma reflexão sobre mecanismos que possibilitem maior eficiência na construção pedagógica da formação cidadã no contexto local. Por isso, um relato breve do resultado alcançado, escrito especificamente para esse fim, será enviado aos/às coordenadores/as da área de Humanidades de todas as regionais de ensino da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Isso, inclusive, é pensando como um subsídio de uma pesquisa posterior (possivelmente em nível doutoral) que abrangerá o estudo de livros didáticos em seu local de uso: as salas de aula.

Ainda sobre a operacionalidade desta empreitada investigativa, no que se refere ao arcabouço teórico-metodológico, tem-se uma confluência de inspirações epistemológicas distintas, o que confere ao trabalho uma natureza fronteiriça, sem que nunca seja definida uma identidade disciplinar precisa. Isso se explica, como indicado no início desta Apresentação, pela pertença institucional deste trabalho a um Programa de Pós-graduação cuja ambição é a produção de conhecimento interdisciplinar. Ainda assim, podemos elencar duas influências fundamentais do estudo. De um lado, a apropriação – a partir de uma perspectiva sociologizante – da tradição hermenêutica vinculada a Paul Ricoeur. De outro lado, o diálogo com a análise de discurso crítica (ADC), em sua vertente local, aqui referida como tradição brasiliense. Dessas principais influências, geramos um continuum hermenêutico-estrutural dentro do qual a coleção Oficina de História é examinada em sua integralidade.

Não podemos negligenciar, contudo, a nevrálgica influência, mais teórica que metodológica, do trabalho de Gayatri Spivak (lastreável ao movediço – mas não fronteiriço – campo da Teoria Literária). A partir do pensamento desta autora indiana é que nos apropriamos da noção de subalternidade e entendemos as mulheres e o grupo LGBTTT como subalternos/as na constituição da cidadania brasileira, o que já evoca o indisfarçável engajamento político desta dissertação (outro aspecto das ciências críticas, o que também será explicado na sequência). Outra influência de Spivak é a percepção da historiografia (escrita da História) como não restrita ao mundo dos/as historiadores/as (observemos a capacidade fulgurante de *Pode o subalterno falar?* em termos de reflexões historiográficas). Obviamente, isso não significa que historiadores/as não devam ser escutados/as. Para os fins desta dissertação, artigos da revista *História da Historiografia* foram muito elucidativos, principalmente, o de Rogério Forastieri

(2015), “A história da historiografia e o desafio do giro linguístico”, em que explora os efeitos subjacentes ao entendimento da escrita da História como produção discursiva.

De todo modo, entendemos a historiografia como um domínio passível de interesse para todos/as aqueles/as que pesquisam relações de poder, em particular, do poder estatal em engendrar consenso. Visto deste ângulo, o estudo da escrita da História é um espaço privilegiado para pesquisas sobre hegemonia. Não por acaso, o grupo do qual emergiu Spivak (o do chamado Subaltern Studies) orientou-se pelos conceitos gramscianos para desenvolver sua revisão da historiografia indiana. O chamado grupo Decolonial, a despeito de ter se distanciado da ascendência indiana na investigação da historiografia latino-americana, também reverbera avanços epistemológicos possibilitados pela potência heurística da obra de Antonio Gramsci. Ambos os grupos (Subaltern Studies e Decolonial) são influências teóricas indiretas deste trabalho, que também reverbera apropriações do pensamento de Gramsci.

Ou seja, se nos interessamos pelos sentidos que são atribuídos à diversidade de gênero nos livros didáticos de História – avaliados, comprados e distribuídos pelo Estado brasileiro – é porque nos perguntamos que tipos de consenso esses recursos pedagógicos tendem a engendrar em relação a segmentos sociais que ocupam posições subalternas na cidadania deste país. Neste ponto específico, podemos elencar mais uma influência incidental, que nos auxiliou teoricamente a ser mais vigilantes sobre a relação entre segmentos sociais subalternos (representados politicamente por movimentos sociais) e o Estado. Trata-se de coletâneas organizadas pela pedagoga Lúcia Maria Wanderley Neves, cuja filiação gramsciana é ainda mais preponderante do que nos grupos citados anteriormente. Mesmo que indiretamente, suas obras reforçaram princípios organizativos desta pesquisa referentes à expectativa analítica: pode um recurso pedagógico feito sob a chancela estatal ser contra-hegemônico?

Em suma, das referências mobilizadas, temos um continuum teórico-metodológico que transita entre apropriações da Sociologia e da Linguística Crítica, cujo marco teórico também está condicionado a apropriações da Teoria Literária (mais uma vez, a partir de perspectiva sociologizante), da História (no que concerne a leituras sobre historiografia) e da Pedagogia (a respeito de políticas públicas educacionais, consenso e hegemonia).

Para encerrarmos este prelúdio, já tendo apresentado, mesmo que brevemente, o tema, o universo e o objeto da pesquisa, resta-nos, então, delinear a estrutura argumentativa deste

trabalho. Além desta Apresentação e das Considerações finais, o corpo da dissertação é composto por quatro capítulos.

O primeiro capítulo denomina-se Livros didáticos em perspectiva. A partir de um breve relato pessoal, iniciamos expondo alguns dos múltiplos fatores que explicam a escolha dos livros didáticos como objeto de análise. Em seguida, abordamos a diretriz pedagógica da formação cidadã e detalhamos o que ela preconiza, não apenas em relação à diversidade de gênero, mas a todos os segmentos sociais subalternos que ela contempla. Nosso intuito é de expor a lógica transversal desta diretriz no que tange ao valor democratizante do respeito à diferença.

No segundo capítulo, Entre fronteiras, a partir das dificuldades inerentes à produção de conhecimento interdisciplinar, apresentamos a proposta analítica que conjuga apropriações de diferentes disciplinas sem, contudo, filiar-se inteiramente a nenhuma delas (o que carrega vantagens e desvantagens). O cerne da proposta é o que chamamos de continuum hermenêutico-estrutural na tentativa de simbolizar o caráter de conhecimento fronteiro que se constitui dentro de um contínuo. A dissertação é produzida no entremeio de polos disciplinares, porém, sem jamais alcançá-los efetivamente.

O terceiro capítulo, Polo hermenêutico: Macroanálise, é dedicado ao exame de sentidos associados à diretriz da formação cidadã – no tocante ao gênero – de forma interpretativa. Neste procedimento, primeiramente foram rastreados fragmentos em que constam referências nominais a mulheres e ao grupo LGBTT nos três volumes da coleção Oficina de História (os textos integrais foram reservados para o movimento analítico posterior). Em seguida, esses fragmentos foram organizados em quadros sinópticos no intuito de possibilitar a apreensão de aspectos contextuais e qualificativos das referências. Por fim, foram produzidas análises embasadas no escrutínio comparativo desses quadros.

No quarto e último capítulo, Polo estrutural: Microanálise, complementa-se a análise elaborada anteriormente. Se o procedimento hermenêutico tinha uma pretensão panorâmica, assinalando regularidades em representações fragmentárias, este se configura como o escrutínio dos textos mais significativos de toda a coleção, no que se refere às temáticas em foco. Esse procedimento estrutural trata de textos integrais – portanto dotados de cadeias de sentido mais complexas – cuja ambição em responder às demandas da formação cidadã é mais facilmente identificável. Por conseguinte, neste capítulo, foi mobilizado instrumental linguístico de forma

mais significativa – devido à complexidade na estruturação de sentidos –, o que se traduziu em um escrutínio mais atento a aspectos léxico-gramaticais.

Assim sendo, a dissertação é organizada em um ciclo que se inicia no campo dos livros didáticos e de sua ambição cidadã. A linha argumentativa segue, então, para um segundo campo, no qual é equacionada a problemática da interdisciplinaridade. Por fim, encerra-se em um terceiro campo, composto por dois níveis diferentes de análise. O capítulo a seguir, portanto, trata da pedra de toque que sustenta esta pesquisa.

CAPÍTULO 1

Livros didáticos em perspectiva

Neste capítulo, começamos por construir um breve relato problematizando como os livros didáticos (doravante LD) de História tornaram-se objeto desta dissertação. Em seguida, trabalhamos com o quesito específico que nos interessa nesses LD: a diretriz pedagógica da *formação cidadã*. Pretendemos com isso sedimentar o caminho que será percorrido depois, a saber, a construção de um enquadramento teórico-metodológico que dê conta de examinar como essa diretriz se materializa textualmente. A seção a seguir refere-se a esse breve relato, o único segmento da dissertação escrito em primeira pessoa do singular. Como já se vislumbra na introdução, a escolha na escrita deste trabalho é pela primeira pessoa do plural. Essa opção narrativa se justifica pela visão da produção da ciência como algo sempre coletivo, mesmo que aparentemente só uma voz fale.

1.1 Em torno dos livros didáticos

Apesar de informar que construiria esta seção em primeira pessoa, porque gostaria de relatar como escolhi pesquisar livros didáticos, estou certo que escreverei um texto habitado por múltiplas vozes. O desafio autoimposto de escrever uma seção, neste trabalho, que burle levemente com o usual da escrita de dissertações se originou na defesa da dissertação de mestrado de minha amiga Ana Popp⁷. Quando um dos membros do júri (Prof. Dr. José Carlos dos Anjos), ponderou positivamente sobre o experimentalismo na escrita de Ana, e afirmou algo como: *estamos sempre tão preocupados em avançar nos conteúdos de nossos trabalhos que não paramos para pensar na importância de se avançar também na forma; afinal, forma e conteúdo não estão intimamente ligados?*

⁷ Defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2011, cujo é *HA'ERAMI RA'EMA JAIKO: vamos levando a vida desse jeito... Relatos de experiências etnográficas junto a uma família mbya-guarani*.

Nessa perspectiva experimentalista, esse segmento trata do meu interesse, relativamente constante ao longo do tempo, sobre o poder do ensino de História e da importância dos livros didáticos dessa disciplina. Narra-se aqui uma série de pequenos episódios, apenas evocativos da dimensão subjetiva da minha escolha por esse objeto de pesquisa, pois de outro modo, mais detalhista, correria o risco de resvalar demais na minha subjetividade, deixando o texto possivelmente muito tedioso.

O primeiro episódio faz parte da minha memória escolar e se relaciona com as “grandes narrativas da história, da língua e da literatura”, que, segundo Stuart Hall (2003, p. 340), são “os três grandes pilares de sustentação da identidade e cultura nacionais”. Trata-se de uma discussão com um dos colegas de sala de aula que dizia não gostar das aulas de História. Não sei precisar exatamente quando foi; porém, lembro que ele reclamava das aulas de História enfatizando seu descontentamento perante a trajetória do Brasil, afirmando que existiam coisas erradas demais na *nossa* História. Acho que foi o primeiro momento na minha vida – e isso me seguiu até hoje – que parei para refletir sobre o poder das aulas de História, como elas ajudam a construir o que pensamos de nós mesmos/as e do país em que vivemos.

Eu lembro que essas aulas de História me provocavam outro sentimento. Era como se eu ficasse absorto no: “estão ensinando isso para gente?!” Eu admirava o potencial crítico das aulas e dos livros (as aulas eram completamente orientadas por eles). O envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai; os assassinatos do Regime Militar, A corrupção no Estado... Mais de alguma maneira, eu já desconfiava que esses conteúdos não produziam necessariamente o que os/as autores/as dos livros pretendiam (e não apenas porque podiam ferir orgulhos nacionalistas). Essa impressão que existe algo de errado nos livros/ aulas de História, ainda hoje, me assombra, principalmente, quando sou obrigado a reconhecer o número expressivo de pessoas a favor do retorno dos militares ao poder.

O tema dos livros/ aulas de História, voltaria aos meus questionamentos, alguns anos depois desses episódios escolares, já na graduação em ciências sociais e posteriormente no mestrado em Antropologia. Num primeiro momento, como graduando em intercâmbio no *Instituto de Estudos Políticos*, tive a oportunidade de estudar com Alexandra Oeser, que, apesar de não ter pesquisado diretamente LD, em sua tese de doutorado dedicou-se ao ensino do

nazismo em escolas alemãs.⁸ Numa abordagem predominante sociológica, ela investigou o cotidiano estudantil a fim de analisar como se processa a vivência do passado relativamente recente desse Estado-nação no que concerne a seu maior evento bélico. Em contato com ela, pude, pela primeira vez, conhecer uma pesquisa acadêmica de fôlego sobre o impacto do ensino de História (neste caso, como parte de um intrincado jogo de negociação identitária).

Num segundo momento, como estudante de mestrado em *Antropologia Social e Histórica*, tive a oportunidade de cursar “Mémoire et transmission: le cas des expériences traumatiques” (“Memória e transmissão: o caso das experiências traumáticas”, em tradução livre). Nesse curso, pude refletir sobre a transmissão da memória de maneira geral e, em particular, das memórias traumáticas, como as originadas em guerras. Encontrava, assim, um ponto de ligação com as discussões de Alexandra Oeser sobre a complexidade das dinâmicas memorialistas cravejadas nas Histórias nacionais, particularmente, quando se envolve grande sofrimento.

Depois, ainda durante o mestrado na França, pude conhecer um projeto internacional de pesquisa, que se constituía na universidade sobre – justamente – LD de História, cujo norte também era a transmissão de memórias. À época me interessei muito, cheguei a procurar inclusive o *brasilianista* que iria iniciar a pesquisa nos livros brasileiros, portanto, naquele momento, de alguma forma, eu já havia decidido que estudaria esses recursos pedagógicos.

Naquele momento, eu já rememorava a vivência escolar, já me sensibilizara pelo papel do ensino de História na atualização da memória coletiva, já estava convencido da importância como política de Estado dos LD. Contudo, na primeira conversa que tive com o *brasilianista* responsável pelo projeto, tive o desprazer de verificar seu indisfarçável desprezo por grande parte dos/as historiadores/as brasileiros/as. Deste modo, além de desistir de qualquer contato com esse grupo de pesquisa, hoje em dia, desconfio dos tidos *brasilianistas*.

Foi, então, ao retornar ao Brasil e ingressar em um Programa de Pós-Graduação bastante flexível em relação à escolha do objeto de análise, que acabei me dirigindo, finalmente, aos livros didáticos de História, a despeito do estranho que isso possa parecer, devido ao nome desse Programa. É necessário esclarecer que o *Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento*,

⁸ Sua tese gerou um livro, publicado em 2010, com o título de *Enseigner Hitler. Les adolescents face au passé nazi en Allemagne: interprétations, appropriations et usages de l'histoire* (em tradução livre, “Ensinar Hitler. Os adolescentes face ao passado nazista na Alemanha: interpretações, apropriações e usos da história”).

Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) não tem como meta os estudos de Cooperação Internacional, mas sim os de Desenvolvimento (social).

O desenvolvimento (social) é entendido, nesse contexto formativo, de forma extremamente ampla. Não se trata de um *conceito* que é ensinado rigorosamente durante os cursos, mas de uma *noção* a qual se evoca como motivação para pesquisas a respeito de cooperações internacionais ou políticas públicas (ambas concebidas de forma quase tão ampla quanta essa noção de desenvolvimento).

Neste contexto fluído, marcado pelo signo da interdisciplinaridade, que pude ter a chance de, enfim, tentar investigar os livros que me intrigam desde o tempo da escola. Porém, me faltava saber exatamente o que pesquisar. A escolha por abordar a questão de gênero surgiu quando discutia com minha orientadora sobre potencialidades de se trabalhar com os LD de História e descobrimos que esse aspecto – polêmico – fora recentemente inserido por meio de uma diretriz chamada de *formação cidadã*.

Jamais tinha ouvido falar de uma pretensão educativa tão progressista em materiais didáticos consumidos em larga escala, então, não tive dúvidas. Pensando em termos de desenvolvimento e política públicas, decidimos que o fio condutor do trabalho seria entender como essa diretriz se materializa nos textos escolares. De início, gostaríamos de ter levado a cabo um projeto que abarcasse igualmente a diversidade étnico-racial, porém, por diversos motivos, isso não foi possível. De todo modo, a questão de gênero, por si só, é bastante complexa e nos possibilita ter uma abordagem não usual dos LD. O ponto de partida deste trabalho, então, é analisar o que foi normatizado, pelo Estado, na diretriz da formação cidadã – tema da próxima seção – para posteriormente compreendermos como ela se materializa em recursos didáticos.

1.2. A formação cidadã

De acordo com o Guia do Livro Didático (GLD) de História do Ensino Médio,⁹ a diretriz da formação cidadã é dividida em três subitens que se complementam e se desdobram: a observância aos preceitos legais e jurídicos; o respeito aos princípios éticos; as ações positivas à

⁹ O Guia do Livro Didático (GLD) é distribuído nas escolas para que os/as professores/as possam escolher, por meio de resenhas, entre os livros selecionados no âmbito do PNL. Essas resenhas são estruturadas em sete sessões: (1) visão geral da coleção; (2) sumário sintético; (3) considerações acerca do Manual do Professor; (4) componente curricular História; (5) proposta pedagógica; (6) questões relacionadas à formação cidadã e (7) projeto gráfico-editorial (BRASIL, 2014, p. 21).

cidadania e ao convívio social (BRASIL, 2014b, p. 133-4). Para fins do estudo proposto, o terceiro subitem é o mais significativo, no que concerne ao respeito à diversidade, na medida em que retoma as prerrogativas anteriores e as amplifica. Conforme o GLD, em relação a essas “Ações positivas à cidadania e ao convívio social”, os livros de História devem abordar:

- a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária;
- a temática de gênero e da não violência visando à construção de uma sociedade não sexista, justa, igualitária e não homofóbica;
- a educação e cultura em direitos humanos, afirmando o direito de crianças e adolescentes;
- a imagem de afrodescendentes, de descendentes das etnias indígenas brasileiras, da mulher em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade (GLD, 2014, p. 134).

Sobre essas “Ações positivas”, é pertinente ressaltar os seguintes aspectos: (a) somente os temas étnico-raciais são exigidos por lei (e não os de gênero); (b) a questão da laicidade está tratada de forma bastante sucinta, a despeito da sua esperada centralidade, haja vista que ela se relaciona – direta ou indiretamente – com o respeito à alteridade; (c) em sentido homólogo, pode-se considerar vaga a menção à doutrinação política, mesmo que fique implícita sua referência ao caráter autônomo do ensino público; (d) a questão de gênero é associada diretamente à luta contra a violência; (e) sociedade “justa” é correlacionada com “não sexista” e “não homofóbica”; por fim, (f) não existe menção à visibilidade LGBTT (assim como para a mulher).

Destarte, esses aspectos ressaltados deverão ser levados em consideração no momento de nossa análise, pois a coleção Oficina de História foi produzida e avaliada sob essa lógica (assim como todos os outros livros selecionados no âmbito do PNLD). Outros aspectos a serem considerados, ainda que de forma incidental, são os preconizados pelas Orientações Curriculares Nacionais (OCN) de 2006. A necessidade de refletir de antemão sobre as OCN deve-se a sua natureza basilar na construção dos livros (embasando, portanto, como a própria diretriz da formação cidadã deve textualizar-se). No caso do ensino de História, estabeleceu-se que essa disciplina deve contemplar nove questões específicas de conteúdo: História; Processo histórico; Temporalidades históricas; Sujeitos históricos; Trabalho; Poder; Cultura, Memória e Cidadania.

De cada uma dessas questões, deve ser possível extrair elementos que possam fundamentar a promoção do respeito de gênero. Todavia, como no presente trabalho sobressai a

problemática da cidadania (que subjaz ao projeto de identidade nacional), destacamos os pontos-chave referentes somente a essa questão:

- Aprimorar atitudes e valores individuais e sociais;
- Exercitar o conhecimento autônomo e crítico;
- Sentir-se um sujeito responsável pela construção da História;
- Praticar o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, religiosas, políticas;
- Auxiliar na busca de soluções para os problemas da comunidade;
- Indignar-se diante das injustiças;
- Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos simultaneamente como sujeito e como produto destes;
- Ter consciência da importância dos direitos pessoais e sociais e zelar pelo cumprimento dos deveres;
- Incorporar os direitos sociais e humanos além dos direitos civis e políticos;
- Posicionar-se diante de fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado (OCN, 2006, p. 84).

Esses pontos-chave foram retirados do quadro “Articulação entre conceitos, habilidades, atividades didáticas” disposto nas páginas de 80 a 84 das OCN. O quadro é composto por três colunas, cada uma associada a um dos elementos que compõem o título do quadro: conceitos, habilidades e atividades didáticas. Os elementos aqui apresentados correspondem, portanto, à questão da cidadania (conceitos) e pertencem exclusivamente à coluna do meio (habilidades), pois não consta nenhuma atividade didática ligada diretamente a essa questão (aparentemente, pressupõe-se que as atividades listadas para os outros conceitos já abrangem a cidadania).

Esse caráter sinóptico perpassa todo o documento das OCN (e o mesmo ocorre nos materiais produzidos no âmbito do PNLD, a exemplo do GLD). Isso provavelmente se justifica pela escolha de conceber esses documentos oficiais de forma sucinta e acessível, visando professores/as de todo o território nacional e das mais diferentes formações. Apesar de sucinto, não há prejuízo para o entendimento, em linhas gerais, das concepções que devem servir de parâmetro. Para fins do estudo proposto, damos destaque para a agência, ou seja, para o papel do “sujeito” como “construtor da História”, o que significaria:

Não atribuir o desenrolar do processo [histórico] como vontade de instituições, tais como o Estado, os países, a escola, etc., ou como resultante do jogo de categorias de análise (ou conceitos): sistemas, capitalismo, socialismo, etc. É perceber também que a trama histórica não se localiza nas ações individuais, mas no embate das relações sociais no tempo (OCN, 2006: 75).

Sobre as OCN, devemos considerar primordialmente um ponto para a análise subsequente da coleção *Oficina de História*: o caráter agentivo que se espera das personagens históricas, cujas ações, que engendram os processos históricos, não derivam de macroestruturas, mas tampouco de puro voluntarismo. Ou seja, toda ação relacionada a uma personagem (no nosso caso, mulheres ou LGBTT) deve ser compreensível por determinadas relações sociais. Também poderíamos citar a ocorrência do respeito à diferença de gênero em paralelo com várias outras diferenças (culturais, religiosas, étnicas).

Contudo, essa informação perde em significância, se ponderamos o que a formação cidadã já estabelece. Dessa forma, o capítulo se encerra tendo exposto o percurso deste pesquisador até os LD e as diretrizes necessárias para a compreensão de como esses recursos pedagógicos são produzidos, incluindo a questão de gênero. No próximo capítulo, apresentaremos o enquadramento teórico-metodológico que sustentará a análise de tal questão.

CAPÍTULO 2

Por entre fronteiras disciplinares

(homenagem ao NELiS)

Neste capítulo, enfrentamos o desafio da interdisciplinaridade, ao construir um corpo teórico-metodológico indisciplinado, que se origina no diálogo – ou na busca por diálogo – entre diferentes campos de conhecimento. Usualmente, um trabalho como este deveria servir como *droit d'entrée* (BOURDIEU, 2001) para um determinado campo disciplinar, mas esse não é o caso. A filiação institucional deste trabalho, o *Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional* (PPGDSCI), proporciona um status acadêmico distinto. Por exemplo, se na sociologia, um/a mestrando/a deve provar que é capaz de se apropriar do universo epistemológico desta disciplina a ponto de ser considerado/a membro/a legítimo/a da comunidade sociológica, esta obrigação não existe aqui¹⁰. O que se exige, em compensação, é a competência em costurar aportes disciplinares distintos de forma coerente e isso definitivamente não é fácil. A nossa estratégia para vencer este desafio é o tema central deste capítulo dividido em três seções. Na primeira, *Entre Sociologia e Linguística*, apresentamos a costura interdisciplinar almejada. Na segunda, *O continuum e seu contexto*, o foco recai sobre aspectos conjunturais que possibilitaram esta costura. Na terceira, *O continuum e sua aplicabilidade*, retemo-nos em seus parâmetros e implicações.

2.1 Entre Sociologia e Linguística:

Como foi anunciado desde a Introdução, esta dissertação é pautada na representação da diversidade de gênero em textos escolares, promovida por uma dispendiosa política de Estado. Também foi explanado previamente que se trata de uma pesquisa prioritariamente *documental* cuja fonte mais expressiva para escrutínio é o conjunto dos aludidos livros didáticos (LD).

¹⁰ Uma maneira simples de se observar este ponto está na correlação entre disciplina e identidade sócio-profissional. Seguindo o mesmo exemplo, mestrando/as em sociologia tornam-se sociólogos/as; em antropologia, antropólogos/as; em linguística, linguistas; e assim por diante. Esse tipo de correlação é inexistente no contexto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Prioritariamente documental porque alguns trabalhos de campo pontuais se fizeram necessários a fim de obter não apenas o *corpus* a ser analisado, mas também de recolher informações pertinentes a respeito do contexto no qual o PNLD opera. Porém, como se trataram de incursões sem maiores complexidades de interlocução, entendemos que não haveria necessidade de maiores reflexões epistemológicas a respeito, a não ser compartilhar que, a despeito da boa vontade dos/as funcionários/as públicos/as que nos atenderam em oferecer os dados solicitados, a gestão da informação do último órgão visitado é problemática.¹¹

No tocante à pesquisa documental propriamente dita, nos propomos a realizar o estudo dos LD a partir de uma série de análises textuais de caráter *hermenêutico-estrutural*. Essa denominação diz respeito a um *continuum* cujos polos estão, de um lado, na exegese de derivação sociológica – modalidade de interpretação textual aprofundada e crítica –, na qual se busca evidenciar sentidos de amplos conjuntos textuais à luz de hermenêutica (THOMPSON & RICOEUR, 1982; RICOEUR, 1989; SILVA, 2011), refletida e reiluminada por espectro proveniente de *raisonnement sociologique* (PASSERON, 1991). Do outro lado, o segundo polo trata de escrutínio textual caudatário de apropriações da Linguística Crítica¹² que, como será detalhado posteriormente, são referentes a uma *escola local* em análise de discurso, desenvolvida no seio desta universidade.

Pode-se considerar que essa denominação *hermenêutica-estrutural* compreende, metaforicamente, o direcionamento empreendimento nas análises desta dissertação. No polo *hermenêutico*, os dados são produzidos horizontalmente (ou transversalmente), enquanto que no polo *estrutural*, verticalmente. O termo *estrutural*, é importante esclarecer devido a suas múltiplas acepções possíveis, faz alusão às estruturas da linguagem. Ou seja, se num polo opera-se uma varredura de sentidos extraídos por amplas superfícies textuais, no outro, procuramos escavar o potencial de significação em pequenas zonas emblemáticas de enunciação a partir de

¹¹ Antes da visita ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), relatada na Introdução, tentou-se recolher informações sobre os livros mais escolhidos no DF na *Gerência da Biblioteca, Livro e Leitura*, subordinada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), em 28 de abril de 2015. Após uma tarde organizando dados (sob o comando de uma arquivista convidada que colaborou com esta pesquisa), descobriu-se que a Gerência possuía dados de apenas 75% das escolas. De forma reveladora, a gestora que acompanhava o nosso trabalho ficou positivamente surpresa quando lhe informamos sobre a taxa de 75%, considerando este valor elevado (fato que sugere uma deficiência crônica na gestão da informação deste órgão público).

¹² Esta vertente surgiu no final da década de 1970 com o propósito de usar análise linguística, de orientação sistêmico-funcional, para desvelar falsas representações e posturas discriminatórias em “diferentes tipos de discurso público: jornais, propaganda política, documentos oficiais, regulamentos, gêneros formais como a entrevista, etc.” (FOWLER, 2004).

uma orientação cuja inspiração está, ainda que incidentalmente, numa abordagem sistêmico-funcional¹³ da linguagem (e entendemos essa abordagem incidental como, em última instância, um empenho reflexivo de cunho *estrutural*).

Na configuração desse *continuum hermenêutico-estrutural*, na confluência entre aportes de origem sociológica e linguística, um elemento balizador foi decisivo: a *tradição brasileira de Análise de Discurso Crítica* na UnB.¹⁴ Essa *escola* constitui o grande marco de referência – mesmo quando a contrapelo – para a produção desta dissertação. A existência desse *continuum* é, portanto, profundamente caudatária do diálogo com integrantes dessa escola local. Mesmo no polo hermenêutico, que se insinua como dócil e prolífica resistência aos ditames da análise estrutural (por isso, o contrapelo), ao fim e ao cabo, é a lógica desta última que se impõe em todo o trabalho, mesmo que em graus variados (ou seja, neste *continuum* um dos polos é preponderante). A próxima seção trata, conseqüentemente, do contexto a partir do qual essa lógica de cunho estrutural pôde se sedimentar ao longo da dissertação.

2.2 O *continuum* e seu contexto

O passo inicial, para o entendimento do que venha ser essa *tradição brasileira*, é perceber como a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) se configura no plano internacional. Nessa perspectiva, a seguinte definição de Norman Fairclough, um dos seus maiores expoentes mundialmente, é elucidativa: “a ADC representa um grupo de diferentes abordagens para teorização e análise do discurso como elemento do social, que tem sido amplamente desenvolvido por pessoas com formação em linguística, embora com significativa e, às vezes, grandes diferenças entre elas” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 2).¹⁵

¹³ Perspectiva que deriva da obra *An Introduction to Functional Grammar* de Michael Halliday (1985), cuja gramática é vista não como um conjunto de regras, mas como um “potencial de significados” (VAN LEEUWEN, 1997: 169).

¹⁴ O estudo dessa escola de Análise de Discurso Crítica (ADC) surgiu como um projeto paralelo ao dessa dissertação, daí a denominação de *tradição brasileira* (QUARESMA, 2016), que visa auxiliar no resgate da História e da Memória desse grupo de pesquisa a tempo da celebração de seus 30 anos (1987-2017). A primeira exposição já confirmada do resultado preliminar dessa pesquisa ocorrerá no *IV Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso*, a ser realizado entre os dias 14 a 17 de setembro de 2016, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹⁵ “CDA is a group of diverse approaches to theorisation and analysis of discourse as an element of the social which have largely been developed by people with backgrounds in Linguistics, though with significant and sometimes major differences between them” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 2).

Dois aspectos chamam a atenção nesta definição. Em primeiro lugar, a primazia de linguistas na elaboração da ADC (o que nos leva a pensá-la como pertencente a esse campo, ou mais precisamente, como uma derivação da Linguística Crítica¹⁶). Em segundo lugar, a grande variedade assumida de “abordagens” possíveis de ADC. Diante dessa multiplicidade de abordagens, pode-se dizer que a tradição brasileira é composta igualmente, em sua ampla maioria, por linguistas e seu arcabouço teórico-metodológico é lastreável a da escola de Lancaster (da qual Fairclough é o grande nome). Essa tradição se consubstancia no presente trabalho, mesmo ele sendo feito por um cientista social, porque a sua orientadora é um membro dessa *escola*, que transita tanto no PPGDSCI quanto no *Programa de Pós-Graduação em Linguística* (PPGL).

O diálogo com a ADC brasileira também se deve ao fato que o referido autor, no intuito de compreender o universo conceitual de sua orientadora, cursou uma série de disciplinas no PPGL¹⁷ e conviveu intensamente no *Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade* (NELiS). Ao participar de reuniões e atividades desse núcleo, ele pode acompanhar de perto a elaboração dos trabalhos de colegas de orientação¹⁸ e isso possibilitou uma inesperada aproximação com a produção da ADC de matizes locais (mesmo que de forma titubeante e insegura).

Talvez seja importante elucidar que essa intensa vivência no NELiS (um dos Núcleos Temáticos do CEAM) integra a proposta formativa do PPGDSCI, pois a criação desse programa de pós-graduação realizou-se no intuito de integrar e fortalecer núcleos deste Centro (aliás, o NELiS se destaca no contexto atual do PPGDSCI, sendo um de seus núcleos mais representativos). Assim sendo, trabalhos elaborados no PPGDSCI vinculados ao NELiS só podem partir do reconhecimento, ao analisar políticas públicas, do “caráter discursivo (ou semiótico ou linguístico) da política, da constituição das políticas e de sua análise” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 1).¹⁹

¹⁶ Os primórdios da Linguística Crítica ocorreram na Universidade de East Anglia (Inglaterra), associados sobremaneira ao nome de Roger Fowler (XU, 2011). Rapidamente, seus pressupostos teóricos migraram para a vizinha Universidade de Lancaster, onde foram apropriados e, progressivamente, se transformaram numa proposta de análise discursiva.

¹⁷ No primeiro semestre de 2015, foram cursadas as disciplinas “Metodologia de pesquisa e elaboração de projetos”; “Análise de discurso 2”; “Laboratório de análise linguística: Análise de Discurso 1” e “Análise de discurso e ensino”. No segundo semestre do mesmo ano, a disciplina “Estudo Dirigido de Análise do Discurso”.

¹⁸ Doutorando e doutorandas do PPGL sob orientação de Viviane Resende: Sinara Bertholdo de Andrade; Jacqueline Fiuza da Silva Régis; Gersiney Pablo Santos; Maria del Pilar Tobar Acosta

¹⁹ No original: “recognition of the discursive (or semiotic, or linguistic) character of policy, policy-making and policy-analysis” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 1).

A origem desta tradição, que hoje transita entre o PPGDSCI e o PPGL, está intimamente ligada ao nome de Maria Izabel Santos Magalhães, professora aposentada do Departamento de Linguística (LIP) da UnB, cujo doutoramento (1981-1985) ocorreu na Universidade de Lancaster, no momento em que Norman Fairclough (entre outros/as pesquisadores/as) assentava os alicerces da ADC nessa instituição. É digno de nota que durante o doutorado, Izabel Magalhães já era professora da UnB, o que lhe permitiu ancoragem institucional para seguir nas trilhas percorridas em Lancaster.²⁰

Entretanto, ao contrário do que talvez se imagine, a produção de ADC no contexto da UnB foi dificultosa, ao menos inicialmente. Devido a sua ambição interdisciplinar e engajada, esse campo teórico-metodológico tinha seu *status* linguístico questionado no LIP e no PPGL. Mesmo que contemporaneamente a ADC configure-se como um dos mais importantes eixos de pesquisa do PPGL, essa posição foi conquistada lentamente. Foi, então, primeiramente no NELiS, como instância independente não departamental (porque pertencente ao CEAM) que Magalhães, coordenadora do núcleo entre 1995 e 2008, pôde dar maior visibilidade aos estudos críticos da linguagem, o que promoveu sua legitimação na UnB.

Embora hoje a ADC esteja consagrada institucionalmente no PPGL, o NELiS continua a ser um importante centro de difusão dessa perspectiva teórico-metodológica, sendo um dos mais ativos núcleos do CEAM, o que também explica o porquê de sua relevância no PPGDSCI (e sua consequente centralidade nesta dissertação). Certamente, as trajetórias imbricadas do NELiS, do PPGL e da própria Linguística como campo (inter)disciplinar no Brasil mereceria uma pesquisa à parte. De todo modo, em relação ao que concerne especificamente este trabalho, terminamos essa pequena digressão indicando que a tradição brasileira em ADC pode ser caracterizada em três pontos principais (QUARESMA, 2016) e que todos eles são constitutivos, em alguma medida, desta dissertação: (1) pretensão interdisciplinar; (2) distinção da linguística formal e (3) compromisso com a mudança social.

²⁰ Um ano depois de finalizar o doutorado, com a tese *The Rezas and Benzeções. Healing Speech Activities in Brazil* (donde se destacam o tema social e a pretensão interdisciplinar com a Antropologia e a Sociologia), Izabel Magalhães trouxe a público o que é considerada a primeira publicação brasileira sobre a Análise de Discurso Crítica (XAVIER, 2008), em artigo da revista *D.E.L.T.A.*: “Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso” (MAGALHÃES, 1986).

Sobre a pretensão interdisciplinar, como já foi descrito anteriormente, destacam-se os aportes sociológicos e linguísticos da dupla abordagem *hermenêutica-estrutural*.²¹ Essa pretensão se relaciona diretamente ao segundo ponto – distinção da linguística formal – correspondente à recusa de pesquisadores/as em ADC da validade heurística de escrutínios estritamente descritivos ou formais. É pertinente relatar brevemente no que consiste essa distinção, pois assim se evidencia a conjuntura na qual emerge a ADC brasiliense e como é possível que ela tenha chegado a influenciar este trabalho. Pode-se dizer que essa distinção é uma rejeição de descrições que reduzam textos a um código descarnado de sua dimensão de uso, nas quais se subtrai o conjuntural (ou seja, a dimensão da rede de práticas sociais). Esse recorte, embora bastante útil para estudos de estruturas *per se* da língua, é totalmente improdutivo no momento em que se almeje refletir como, por meio da linguagem, se constituem relações de poder.

Por isso, esse tipo de abordagem desencarnada impossibilita pesquisas em ADC, pois sendo ela, por definição, engajada politicamente, o foco do/a analista só pode recair na interface linguagem/ prática social. E não é só isso: considerando que um dos objetivos centrais da ADC seja a reflexão para a mudança social (MAGALHÃES, 2005; SILVA & VIEIRA, 2002; VIEIRA & SILVA, 2003; SILVA, LEAL & PACHECO, 2009; RESENDE & RAMALHO, 2006, 2011, DIAS, 2011)²², o foco do/a analista precisa obrigatoriamente recair sobre as *explicações causais* das assimetrias sociais (senão, como se lançar ao desafio de propor soluções sem perceber a causa de tais assimetrias?).

Não é à toa, por conseguinte, que se ressalte constantemente que a ADC é uma análise *textual contextualmente orientada* (FAIRCLOUGH, 2001; MAGALHÃES, 2004; WODAK & MEYER, 2001). Em primeiro lugar, a ideia de “texto” já implica um todo argumentativo não subsumido a unidades sem estrutura semântica transversal (como palavras ou frases desconexas).

²¹ Com efeito, pode-se considerar que não houve interdisciplinaridade caso se reconheça o projeto disciplinar da Linguística em toda sua potencialidade. Os limites virtuais da “ciência da linguagem” não são subordinados às práticas cotidianas de pesquisa e ensino nos respectivos departamentos desse ou de outros países. Além do mais, as fronteiras disciplinares nas humanidades não são necessariamente fáceis de serem demarcadas como nas ditas ciências exatas, o que aumenta e muito a complexidade de qualquer debate sobre limites entre esses saberes (onde estão, por exemplo, os claros limites entre sociologia e história? Ou entre sociologia e antropologia?). Tendo em vista a complexidade desse tema e como ele extravasa o escopo da dissertação, nos remetemos à referida apresentação no IV Simpósio Internacional de Análise de Discurso, que ocorrerá em setembro, quando esse tema será devidamente tratado, na comunicação intitulada “A tradição da ADC brasiliense (I): a interdisciplinaridade em questão”.

²² Na realidade, os/as autores citados/as são apenas aqueles/as que se propuseram a escrever textos destinados, mais especificamente, a divulgar a ADC. Porém, se olharmos os trabalhos defendidos no PPGL, sob a orientação de Magalhães, ou sob sua influência, esses mesmos elementos serão encontrados.

Em segundo lugar, “contextualmente orientada” faz referência, precisamente, à importância heurística da conjuntura na qual os textos a serem analisados foram produzidos, distribuídos e consumidos. Mais uma vez, a ADC opõe-se a perspectivas formalistas descarnadas (que certamente têm seu valor, mas não para modalidades analíticas como essa).

Sobre a importância do texto como unidade de escrutínio na história dos estudos linguísticos e sobre como essa disciplina tradicionalmente voltou-se, preferencialmente, para modelos analíticos desencarnados, podemos recorrer a van Leeuwen:

Antropólogos e sociólogos sempre entenderam que a representação é, em última instância, baseada na prática, “no que as pessoas fazem”. A primazia da prática perpassa como um fio a sociologia europeia e americana (...) Até Lévi-Strauss (1964)²³ às vezes deriva o significado de mitos preferencialmente de práticas sociais que não de esquemas abstratos (...) Em linguística, as coisas geralmente têm sido ao contrário, com sistemas (gramáticas, paradigmas) gerando processos (sintagmas), e não processos (práticas) gerando sistemas (instituições e formas de saber objetificadas). Porém, quando os linguistas iniciaram a estudar os textos, nos anos 1970, muitos acharam difícil conceituar a produção e interpretação de textos sem recorrer à experiência (VAN LEEUWEN, 2008, p. 4).²⁴

Apesar da estranheza que esse formalismo desencarnado possa causar hoje em dia, esse fenômeno pode ser explicado conjunturalmente. Muito provavelmente reflexões sobre dinâmicas sociais foram subsumidas na Linguística moderna na intenção de construir-lhe como campo disciplinar capaz de definir objetos, temas e arcabouços teórico-metodológicos próprios (não confundíveis, por exemplo, com os de viés antropológico ou sociológico), o que, em última instância, a legitimou como um campo de saber relativamente autônomo, ou seja, uma disciplina.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que essa tendência a isolar mecanismos do funcionamento da linguagem – a despeito de seu artificialismo – gerou um profundo conhecimento desses mecanismos. Isso significa que os/as linguistas foram tradicionalmente equipados/as com um arsenal que, depurado seu artificialismo, possui uma

²³ Van Leeuwen refere-se nesta citação à obra *Totemism*, publicada pela editora Penguin, na Inglaterra.

²⁴ Anthropologists and sociologists have always realized that representation is ultimately based on practice, on “what people do.” The primacy of practice runs like a thread through European and American sociology (...) Even Lévi-Strauss (1964) at times derives the meaning of myths from social practices rather than from abstract schemata (...) In linguistics, things have generally been the other way around, with systems (grammars, paradigms) generating processes (syntagms), rather than processes (practices) generating systems (institutions and objectified forms of knowledge). But when linguists began to study texts, in the 1970s, many found it hard to conceptualize the production and interpretation of texts without recourse to experience (VAN LEEUWEN, 2008, pág. 4).

grande capacidade potencial de análise social (como atesta a emergência e consolidação da Linguística Crítica desde os 1970 e o consequente desenvolvimento da ADC). E é esse potencial que, de forma fronteira, entramos em diálogo e retiramos elementos para construir o polo estrutural, cujas implicações e parâmetros conceituais serão apresentados a seguir.

2.3 O continuum e sua aplicabilidade

Como já mencionado anteriormente, essa característica de fronteira, cujas maiores inspirações estão entre a Sociologia e a Linguística, confere à arquitetura conceitual – tanto do polo macro como da microanálise – uma configuração *suis generis*. Considerando que a nossa baliza é o diálogo com o ADC brasileiro, é importante estabelecer claramente os limites e alcances da apropriação dessa matriz teórico-metodológica. Por não se tratar de uma dissertação em Linguística, não nos detemos aqui na explicação – por meio de teorias discursivas – de como a linguagem funciona em sociedade. Partimos, diretamente, do pressuposto de que o conteúdo de textos escolares pode afetar práticas sociais dos/as alunos/as – aliás, esse é o mesmo pressuposto dos/as gestores/as de políticas públicas que instituíram a diretriz da *formação da cidadã* (senão essa diretriz simplesmente não existiria).

Nosso desafio, então, uma vez tomado esse pressuposto, é esquadrihar que cargas semânticas de maior preponderância são atribuíveis à questão de gênero nos LD de História. Para tanto, como já estabelecido no início do capítulo, recorreremos ao chamado contínuo *hermenêutico-estrutural*. Isso implica que esquadrihamos os LD, no primeiro polo, a partir de grandes blocos análogos de sentido, ou seja, fragmentos textuais que a despeito da origem argumentativa distinta (por isso, análogos e não homólogos) possuem cargas semânticas relativamente equivalentes no que tange à representação da diversidade de gênero. Devido à amplitude dessa modalidade de escrutínio textual, o denominamos *macroanálise*. Nosso objetivo neste estudo panorâmico é mapear pontos nodais na lógica argumentativa de toda a coleção, ou nas palavras de Ricoeur (1989), mapear as *intrigas* que sustentam a questão do gênero nos três volumes do *Oficina de História*.

Por conseguinte, buscamos panoramicamente “aquilo que remete o indivíduo para o sentido do texto” (SILVA, 2011) e, assim, “desconstruímos” a coleção, calcados em “consciência reflexiva” sociológica. Para tanto, orientamo-nos em Ricoeur (1989) que frequentemente

estabelece como primeira etapa *interpretativa*: a desconstrução. Por isso, desarticulamos e rearticulamos fragmentos da coleção e, por meio de sua justaposição, evidenciamos regularidades argumentativas. E mais, procuramos igualmente interpelar o mundo social imanente a cada um desses excertos, acrescentando-lhes uma camada de sentido (ou seja, uma *interpretação*) que visa questionar suas implicações sociológicas. Entendemos esse procedimento como potente heurísticamente, pois percebemos “encadear, retomar e inferir” como fundamentais em investidas interpretativas (SILVA, 2011).

Já no outro polo, o da *microanálise*, buscamos o progressivo aprofundamento por entre as camadas de sentido em *textos integrais*, ou seja, em conjuntos argumentativos bem delimitados e que são examinados em toda sua extensão. Como é de se esperar, essa última modalidade analítica é exequível, para os limites dessa dissertação, em textos relativamente curtos, pois demanda um dispendioso e pormenorizado exame por entre estruturas formais da língua e dos respectivos potenciais de significação, que são imanentes dessas estruturas. Nessa perspectiva, apenas é válido o escrutínio de textos integrais quando estes são emblemáticos – valor semântico singular – frente ao todo do *corpus* analisado.

Isso significou para esta dissertação, cinco textos integrais. O primeiro escrutínio desses textos foi influenciado por John Thompson (2002), que apresenta uma tipologia cuja ênfase está no que ele designa como modos de operação da ideologia, entendida exclusivamente em sua negatividade²⁵: *significado a serviço do poder* (2002, p. 424). Na base de seu quadro classificatório, estão dispostas cinco categorias:

a) *Legitimação*: relações de dominação representadas como legítimas, o que pode se dá por meio de recursos lógicos supostamente racionais (*racionalização*). Ou ainda, por meio de recurso que apelam à lógica da tradição, dos tempos imemoriais (*narrativização*) ou do exemplo unitário servindo como base de inferência sobre o coletivo (*universalização*).

b) *Dissimulação*: relações de subalternidade eclipsadas na representação. Trata-se, por exemplo, da troca de características na construção das personagens (*deslocamento*), reconfiguração de fatos a fim de que eles percam em importância ou

²⁵ Thompson recupera o sentido negativo de Ideologia e descarta significações mais abrangentes como conjuntos de ideais. Essa escolha teórica se justifica – a despeito de estar à contracorrente das tendências contemporâneas de acepção do termo – na funcionalidade que isso implica. Observa-se, assim, o nítido esforço de criar ferramentas altamente operacionais na análise.

gravidade (*eufemização*), ou o uso de figuras de linguagem que sirvam a essa lógica de obstrução de sentidos (*tropo*).

c) *Unificação*: A dominação se inscreve em nível simbólico através da persuasão frente a um referencial arquetípico ou modelar (*padronização*) que, mais especificamente, pode atuar fortemente enquanto imagem ou indexador (*simbolização da unidade*).

d) *Fragmentação*: a divisão de coletivos que possam ameaçar a manutenção da hegemonia por meio de desagregação, obliterando o contexto a que pertencem determinados indivíduos (*diferenciação*) ou mesmo a exclusão completa destes (*expurgo do Outro*).

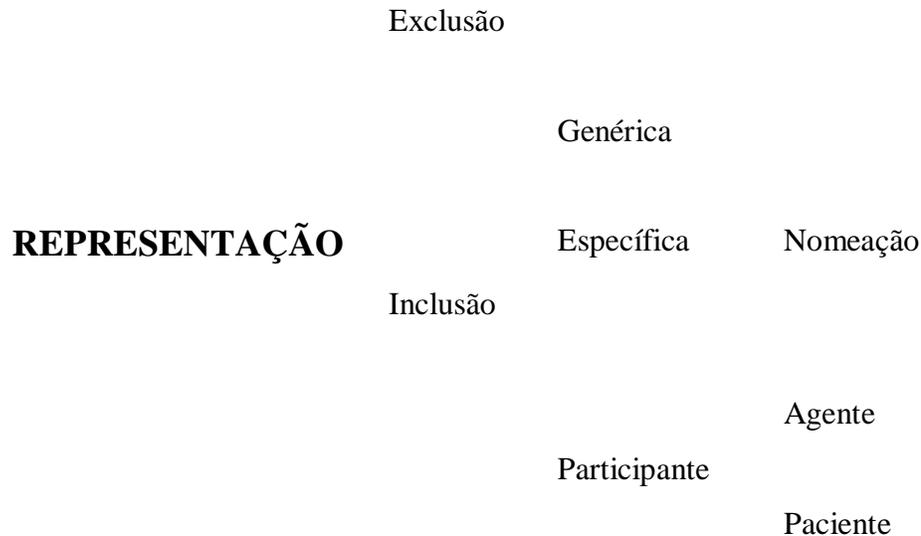
e) *Reificação*: o modo mais incisivo de descontextualização, operando a partir do reforço de visões de mundo dentro das quais, fatos se tornam invariavelmente não-situacionais (*naturalização*) ou, simplesmente, não-históricos (*eternalização*). Pode-se citar, ainda, estratégias gramaticais como a transformação de ações em nomes (*nominalização*) com o intuito de redirecionar a atenção a determinados elementos do texto ou a utilização da voz passiva (*passivação*), permitindo assim a perda de referenciais (dos atores/atrizes e das ações praticadas).

<i>Modos Gerais</i>		<i>Estratégias típicas de construção simbólica</i>		
LEGITIMAÇÃO	Racionalização	Universalização	Narrativização	
DISSIMULAÇÃO	Deslocamento	Eufemização	Tropo (figuras de linguagem*)	
UNIFICAÇÃO	Padronização	Simbolização da Unidade		
FRAGMENTAÇÃO	Diferenciação	Expurgo do Outro		
REIFICAÇÃO	Naturalização	Eternalização	Nominalização	Passifização

* As figuras de linguagem citadas foram a sinédoque, a metonímia e metáfora.

Da tipologia de Thompson, como será demonstrando durante as análises, ocorreu a prevalência de dois modos de operação da ideologia, a *legitimação* e a *dissimulação*, que constantemente apareciam imbricados. O exemplo emblemático, como se verificará adiante, está no texto “As mulheres no Teatro do Mundo”, onde se impõe uma constante racionalização do feminicídio perpetrado pelo rei Henrique VIII ao passo de que sua violência é *eufemizada*.

O segundo autor que nos influenciou no polo estrutural, foi Van Leeuwen (1998). Assim como Thompson, ele propõe um sistema classificatório baseado em chaves analíticas que redundam em outras chaves, havendo a possibilidade de sobreposição. Pode-se dizer que há uma complementaridade entre o instrumental proposto para capturar os *modos* com os quais se *texturiza* a ideologia e o inventário sócio-semântico. A diferença está na complexidade muito maior de seu sistema, que ele denomina de inventário sócio-semântico (1998, p. 169). Para fins do estudo proposto, entretanto, de forma surpreendente (e talvez reveladora), fomos capazes de produzir toda a série de análises com auxílio de pouquíssimas categorias e ainda adaptadas.



Essa simplificação, como também se tornará evidente posteriormente, permitiu-nos problematizar nos textos como o feminino é representado porque nos interessava, basicamente, duas dimensões: (1) se incluído, o grau de especificidade de sua inclusão e (2) se eram agentes ou pacientes das ações relatadas no texto. Apenas com essas categorias, nos foi possível analisar

padrões na subalternidade de mulheres e do grupo LGBTTT, porque a texturização do poder esteve transversalmente ligado à (1) progressão do grau de inclusão pela especificação das personagens (por exemplo, nome completo); (2) condição de participante em relação aos processos (verbos) relacionados. Além desses padrões, buscando perceber como esses segmentos sociais eram avaliados, procuramos igualmente averiguar como adjetivos e advérbios qualificam participantes e processos (verbos).

Não negligenciamos que esse último segmento, de ordem mais teórico-metodológica, talvez apresente certa dificuldade de leitura devido ao seu progresso diálogo com estruturais formais da linguagem. Entretanto, observando o caráter fronteiriço da dissertação, esse arcabouço (já delineado aqui da forma mais simples que conseguimos) será mobilizado, nos próximos capítulos, de forma pontual e precisa. Cada análise foi elaborada no intuito de convocar um amplo público de leitores/as à reflexão. Desta feita, seguimos para o próximo capítulo, onde se inicia o percurso pelo continuum *hermenêutico-estrutural*.

CAPÍTULO 3

Polo hermenêutico: macroanálise

Este capítulo é composto pelo escrutínio textual dos fragmentos rastreados nos três volumes da coleção *Oficina de História* (CAMPOS & CLARO, 2013a, 2013b, 2013c). Como primeiro movimento analítico, sua função é proporcionar uma visão panorâmica da representação das alteridades de gênero no conjunto das obras. Pretendemos, dessa forma, expor padrões argumentativos estruturantes para a lógica representacional que se consubstancia ao longo da coleção. A orientação hermenêutica mobilizada (THOMPSON & RICOEUR, 1982; RICOEUR, 1989; SILVA, 2011) estabelece que seja executado um primeiro nível de varredura nos sentidos associados à diretriz da formação cidadã de forma *interpretativa*. Nesse procedimento, foram examinados fragmentos em que constam referências nominais a mulheres ou ao grupo LGBTT ao longo de toda a coleção (textos integrais, portanto, não foram contemplados nesse primeiro movimento, sendo objeto do próximo nível analítico). Para fins desta análise, entendemos fragmento como o recorte dentro do qual se texturizam os significados que caracterizam – representam – as referências nominais indicadas anteriormente. Trata-se, concretamente, de pequenos excertos de sentido relativamente autônomo que dispõem, normalmente, de um ou dois parágrafos.

Tendo em vista que o objetivo é aferir padrões argumentativos, a varredura desses fragmentos seguiu a ordem em que aparecem nos livros, obedecendo ao crescente cronológico típico da organização de sentidos em livros de História. Não foram selecionados todos os fragmentos, mas apenas aqueles que compunham os textos principais de cada livro (ou seja, leituras complementares ou questões para acesso ao Ensino Superior não foram contempladas). Nossa preocupação foi focar nos recursos semióticos que normalmente são priorizados em sala de aula. Ainda sobre o recorte analítico, também não trabalhamos com as imagens e os textos que as acompanham (como legendas); dessa forma, nossa análise incide apenas sobre o aparato semiótico verbal (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Observados esses critérios, os fragmentos selecionados foram justapostos e examinados em suas regularidades a partir de três fios condutores: (1) a referência nominal representada (rainha, escrava, esposa...); (2) o contexto histórico (por exemplo, África durante a Antiguidade)

e (3) o universo social (ação política, convenções sociais etc.). Dessa tríade, foram elaboradas considerações analíticas, gerando quadros sinópticos segmentados em quatro colunas.

Vejamos, então, os resultados desta análise panorâmica para o Volume 1, destinado ao primeiro ano do Ensino Médio, que cobre “um longo percurso da humanidade desde suas origens na Pré-História até a montagem dos Estados Absolutistas” (CAMPOS & CLARO, 2013a, p. 3).

3.1. Feminino no Volume 1

Referências ao feminino	Contexto histórico da referência	Universo social da referência	Observações analíticas
<p>“Tanto o homem quanto a mulher eram responsáveis pela principal atividade humana do paleolítico: encontrar alimentos. Os homens saíam em busca da caça e da pesca, enquanto as mulheres, que cuidavam dos filhos, geralmente permaneciam nas proximidades dos acampamentos coletando raízes, grãos e frutos, assim como defendendo as crianças e os mais velhos dos ataques de animais. O fato de homens e mulheres desempenharem papéis importantes na luta pela sobrevivência levou a que alguns antropólogos assinalassem a existência de certa igualdade entre eles. De qualquer modo o regime alimentar humano implicou uma divisão de</p>	<p>Primórdios da humanidade</p>	<p>Equidade representacional</p>	<p>É patente o esforço, nesse primeiro Volume, de recontextualizar didaticamente princípios teóricos provenientes de pesquisas antropológicas que buscam a gênese da diferença na hierarquia social entre homens e mulheres (como na chamada “Valência diferenciadora dos Sexos” de Françoise Héritier, possivelmente fonte indireta desse fragmento). A despeito da falta de citações (padrão observado nos LD de História pesquisados, inclusive de outras coleções, o que sugere que este seja um elemento estruturador desse gênero), é bastante relevante que se pretenda problematizar desigualdades sociais (de gênero), remontando ao percurso histórico dessa desigualdade. Dessa maneira, fomenta-se a reflexão sobre a não naturalização dessas diferenças, representadas como construções sócio-biológicas. Esse esforço, aliás, é retomado em outros segmentos. O problema, contudo, é o perigo de resvalar na direção oposta: o da naturalização por determinismo biológico. Esse perigo será tratado quando outros textos a esse respeito forem examinados.</p>

<p>tarefas e de recursos e uma troca de provisões: proteínas animais (homens/caça) por proteínas vegetais (mulheres/coleta). Complementariedade, diferenciação e relações de poder entre os sexos derivam dessa grande distinção entre os seres humanos e os primatas.” (p. 20)</p>			
<p>“A tomada de Napata e a crescente importância adquirida pelos principados do sul fizeram com que o reino transferisse seu centro de poder para Meroé. Por volta do século I a.C. o papel das mulheres de sangue real assumiu grande importância. As rainhas – mães ou esposas passaram a assumir o poder político e proclamar-se soberanas. Muitas delas tornaram-se famosas e, no período greco-romano, Meroé era conhecida por ter sido governada uma linhagem de Candaces (Ou Kandake – rainhas mães reinantes). A rainha Amanirenas é a mais conhecida, pois conduziu seus exércitos contra os romanos.” (p. 55)</p>	<p>Antiguidade: África</p>	<p>Ação Política</p>	<p>Retrata-se a ascensão, dentro da hierarquia social estabelecida, de mulheres em postos de comando, revelando que essa ascensão era possível na Antiguidade. Explica-se que tal feito ganhou notoriedade, sugerindo raridade e relevância (só não é nítido se essa notoriedade é visto do tempo presente, ou se no passado, elas já eram famosas). Em seguida, descreve-se como essa soberania feminina se E dentre elas, nesse crescente de personalização, é elencado um nome específico, capaz de conduzir (ação inerente a posições privilegiadas de poder) um exercício (ofício historicamente associado ao masculino) contra o contingente populacional tradicionalmente mais exaltado desse período histórico. A ressalva possível é a falta de contextualização sobre como essas Candaces conseguiram se impor (e isso se reproduzirá em outras partes do livro, por exemplo, como no texto sobre a rainha Jinga do Volume 2).</p>
<p>“Atenas, que era uma grande cidade-estado, contava com cerca de</p>	<p>Antiguidade: Grécia</p>	<p>Contínuo de subalternidade</p>	<p>Apresenta-se um contínuo de subalternidade que engloba, além de sexo, idade, origem e posição na</p>

<p>35.000 cidadãos homens; o resto de seus 350 mil habitantes era constituído de mulheres, crianças, estrangeiros (chamados <i>metecos</i>) residentes e escravos, nenhum dos quais tinha direitos políticos.” (p. 78)</p>			<p>exploração do trabalho. Cabe a pergunta sobre como alunos/as podem perceber esse universo de exclusão social. Como será apontado progressivamente, a coleção apresenta em diversos momentos o feminino dentro de contínuos de subalternidade semelhantes. <i>A priori</i>, é legítimo supor que isso fomentaria discussões mais amplas sobre dominação.</p>
<p>“Sua arena refletia a hierarquia social na sociedade romana. Os piores lugares reservados aos mais marginalizados – estrangeiros, mulheres e escravos – ficavam na parte mais alta. Já o imperador e sua comitiva sentavam-se nas primeiras filas, em acentos elevados.” (p. 113)</p>	<p>Antiguidade: Roma</p>	<p>Contínuo de subalternidade</p>	<p>Aqui, novamente, sobressai-se o contínuo de dominação ao qual as mulheres na sociedade romana estavam submetidas. Ou seja, existe um efeito de repetição dessa condição de subalternidade, reforçando sua representação.</p>
<p>“O Egito passou do domínio do ptolomeus para o de Roma, sem muitos conflitos. Cleópatra (51-30 a. C.) que havia se aproximado de Júlio César e, posteriormente, de Marco Antônio para manter-se no poder, perdeu definitivamente o trono quando este último foi derrotado por Otávio em 31 a. C.” (p. 115)</p>	<p>Antiguidade: Egito</p>	<p>Ação Política</p>	<p>É curioso observar, dentro do esforço de representar mulheres em situação de poder, as poucas linhas destinadas à figura feminina mais célebre da Antiguidade. Entretanto, vale ressaltar que dentro de seu processo de personalização – portanto, evidenciação – sua individualidade não é constituída apenas pela esperada nomeação, mas pela datação de seus dados de vida e morte, o que a singulariza perante as outras personagens desse trecho (e de várias outros personagens dessa coleção, pois dados biográficos como esses são poucos utilizados no conjunto da obra).</p>

<p>“Na Núbia, ao sul o reino de Kush atingia seu apogeu com a sociedade meroíta e suas rainhas (candaces). Amanirenas é a rainha mais conhecida, pois conduziu seu exército contra os romanos, entre 29-24 a. C.” (p. 115)</p>	<p>Antiguidade: África</p>	<p>Ação Política</p>	<p>Retoma-se o tema das rainhas mães reinantes, porém muito brevemente e sem se direcionar para a já referida contextualização de como essas rainhas se tornaram “mães reinantes”. Sem maiores detalhes (fora a data do conflito), o elemento de repetição do feito de Amanirenas é relativamente questionável: será produtivo repetir quase exatamente a mesma informação dada anteriormente nesta página do texto?</p>
<p>“<u>Etiópia: reino de Axum</u> Na direção leste do continente, floresceu o reino de Axum. Tido pelos egípcios como a terra das árvores de perfume (Incenso e mirra), seus reis remontariam sua linhagem ao rei Salomão. Segundo a tradição oral axumita, a rainha etíope Makeda (Sabá), em uma viagem, teria tido um filho do rei Salomão de nome Menelique. Assim, através de Makeda ficava segurada a dinastia salomica em Axum.” (p. 115)</p>	<p>Antiguidade: África</p>	<p>Ação Política</p>	<p>Fragmento no qual se introduz a rainha de Sabá (retomada no Volume 2). É interessante perceber que essa personagem (cujo poder será abordado posteriormente) é associada a figuras que aparentemente são tomadas como pertencentes ao universo dos/as estudantes, como o rei Salomão. Provavelmente, parte-se do pressuposto de que personagens bíblicas como esse rei são de domínio público.</p>
<p>“[O carnaval] significava também a expressão da sexualidade mais ou menos reprimida, dependendo da sociedade a que se refira. E, nesse sentido, uma liberação também</p>	<p>Medievo: Europa</p>	<p>Comportamento sexual-afetivo</p>	<p>Nessa introdução ao potencial de inversão nos ritos carnavalescos (retomada no Volume 2), afirma-se, a um só tempo, o quanto a mulher era preferencialmente reprimida no medievo e, também, que existia um curto momento de relativa liberação. Nessa perspectiva, constrói-se o feminino não apenas como vítima preferencial, mas</p>

<p>temporária das pressões que caíam sobre a mulher na idade média.” (p. 134)</p>			<p>também se evoca sua condição de <i>ser que deseja</i> (tal característica, simbolicamente, evoca uma condição indireta da agência: o ato de desejar).</p>
<p>“Divididos entre sua existência e seu destino, homens e mulheres sustentaram a espiritualidade cristã graças aos trabalhos e esforços desenvolvidos na terra.” (p. 157)</p>	<p>Medieval: Europa</p>	<p>Equidade representacional</p>	<p>Em que pesem as profundas desigualdades de gênero no período, o trecho apresenta equidade de representação (“homens e mulheres”), indicando “trabalhos” e “esforços” de mulheres no mesmo sentido que os dos homens.</p>
<p>“Nobres cristãos lutavam entre si em defesa da honra – ultrajada pela quebra de algum acordo ou pela ofensa moral a alguma dama – ou pelo desejo de mais terras e riquezas.” (p. 158)</p>	<p>Medieval: Europa</p>	<p>Convenções sociais</p>	<p>Representa-se tendência da se perceber o feminino de forma objetificante em meio às dinâmicas sociais (simbolicamente equiparada à quebra de acordos; materialmente, a terras e riquezas). Outro elemento rico como subsídio para pensamento crítico é a correlação entre nobreza, cristandade, luta, honra, ofensa, dama, desejo, terras, riquezas. Desta plêiade, pode-se depreender alguma ironia relativa aos comportamentos da nobreza medieval e promover reflexão sobre a constituição dessa sociedade.</p>
<p>“Na noite de núpcias o senhor reclamava o direito de dormir com a mulher do camponês. Depois de diversas revoltas e de muitas condenações por parte do clero, o costume foi abolido em toda Europa medieval.” (p. 160)</p>	<p>Medieval: Europa</p>	<p>Convenções sociais</p>	<p>Menção a um costume medieval que, simultaneamente, reevoca a posição objetificada da mulher e mostra que revoltas populares podem ser vitoriosas. Assinala-se, ainda, a importância (política) da vida sexual-afetiva, como capaz, inclusive, de produzir revoltas vitoriosas.</p>
<p>“Sorte semelhante [entrada garantida no império do sol] estava</p>	<p>Medieval: Américas</p>	<p>Convenções sociais</p>	<p>Descreve-se a preocupação social de apaziguar o temor de vir a óbito em trabalho de parto, aludindo que a sociedade pode ser explicada em</p>

<p>reservada às mulheres que morriam de parto. Alguns teóricos consideram que seria uma forma de diminuir os temores das mulheres e aumentar a reprodução.” (p. 199)</p>			<p>termos de funções sociais, e que crenças podem derivar dessas funções. Sob essa lógica, mulheres são representadas como entes cujos temores devem ser aplacados em nome da garantia de reprodução da sociedade.</p>
<p>“A sociedade Inca apresentava-se bastante diferenciada. No topo, três grupos se distinguiram: o do soberano (Inca) e seus descendentes, os das concubinas do rei, também de sangue real; e, por fim, ao de outras esposas.” (p. 200)</p>	<p>Medievo: Américas</p>	<p>Comportamento sexual-afetivo</p>	<p>Neste retrato, expõe-se a configuração hierárquica da elite da sociedade inca, na qual o feminino representa dois dos três grupos citados. Todavia, a existência social desse feminino é atribuída ao nível de proximidade sexual-afetiva com o soberano. Esse ponto é relevante porque aponta para a amplitude do patriarcado nas diversas sociedades humanas, e, conseqüentemente, da condição subalterna da mulher nessas diversas sociedades.</p>
<p>“Cortês, o conquistador espanhol, quando assistiu a um culto dos indígenas, mandou destruir as estátuas e instalar no local um altar com a imagem de Nossa Senhora.” (p. 209)</p>	<p>Medievo: Américas</p>	<p>Imbricação religião/feminino</p>	<p>Pode-se considerar, nesse segmento, o ímpeto da colonização simbólica sob a égide de uma figura religiosa feminina.</p>
<p>“<i>‘Porque diziam que, cobrindo-se a terra d’água uma mulher com seu marido subiram em um pinheiro e, depois de minguadas as águas, se desceram, e destes procederam todos os homens e todas as mulheres’.</i> [Padre Nóbrega]” (p. 217)</p>	<p>Entre Antiguidade e o Medievo: Américas</p>	<p>Equidade representacional</p>	<p>Sobressai a escolha de transcrever <i>ipsis litteris</i> o discurso jesuítico que recontextualiza a cosmologia ameríndia a partir da qual o nascedouro da humanidade privilegia ambos os sexos como personagens desse surgimento.</p>

<p>“Nas eleições de seus ocupantes [câmaras municipais das vilas e cidades coloniais] só podiam participar os chamados “homens bons”, ou seja, homens de posses, fazendeiros, clérigos, funcionários do império e nobres. Excluía-se, portanto, mulheres, escravos, pobres, judeus, estrangeiros e pessoas que desenvolvessem trabalhos manuais.” (p. 224-5)</p>	<p>Modernidade: Américas</p>	<p>Contínuo de subalternidade</p>	<p>Como já mencionado, o corpo feminino é representado ao lado de vários outros corpos subalternos e isso, espera-se, incita à reflexão sobre formas transversais de dominação na sociedade.</p>
<p>“A ausência de mulheres europeias e as práticas e regras sexuais nativas, menos restritivas que aquelas pregadas pela moral cristã, levaram muitos portugueses a se entregar aos prazeres sensuais.” (p. 226)</p>	<p>Modernidade: Américas</p>	<p>Comportamento sexual-afetivo (mascara contexto de violência sexual)</p>	<p>A expressão “se entregar aos prazeres da carne” é altamente problemática, porque escamoteia a violência sexual que homens portugueses perpetraram, durante séculos, em relação a mulheres negras e indígenas. Da forma como está escrito, infere-se que as práticas sexuais desses homens seriam obtidas de forma sempre consensual, o que obviamente não era o caso.</p>
<p>“[Senhores] abriam casas de prostituição em vilas, cidades ou pequenos sítios, destinando suas escravas aos ‘trabalhos da carne’”. (p. 245)</p>	<p>Modernidade: Américas</p>	<p>Comportamento sexual-afetivo (mascara contexto de violência sexual)</p>	<p>Esse fragmento robustece a crítica anterior que sugeriu que as práticas sexuais dos portugueses não fossem consensuais. O próprio livro traz uma referência clara a relações sexuais, não apenas <i>forçadas</i>, mas como parte de uma economia baseada na violência sexual.</p>
<p>“No entanto, os costumes dos nativos, a escassez de mulheres brancas e, principalmente, o poder</p>	<p>Modernidade: Américas</p>	<p>Comportamento sexual-afetivo (mascara contexto de</p>	<p>Aqui, mais uma vez, observa-se a continuidade nessa modalidade argumentativa que se constrói de forma inverossímil. De um lado, deixa-se subentender que fora dos trópicos a dita moralidade cristã era</p>

que os portugueses detinham sobre seus escravos, fossem eles indígenas ou africanos, fez com que a moral cristã não fosse obedecida à risca nos trópicos.” (p. 248)		violência sexual)	seguida à risca, do outro lado, reitera-se que essas práticas sexuais dos portugueses não envolviam atos recorrentes de violência sexual. O início do fragmento apresenta uma lista de justificativas para o comportamento masculino nos trópicos, o que alinha a direção argumentativa a uma defesa desses “senhores”.
---	--	-------------------	---

Podemos observar, desse primeiro quadro, os seguintes padrões na representação. Primeiramente, as personagens que tendem a ser personalizadas pertencem ao que chamamos de “Ação Política” (a exceção trata-se da imbricação religião/ feminino, mas que é um caso raro no conjunto dos dados analisados em toda coleção). No restante dos casos, existe a prevalência das identificações genéricas “mulher” ou “mulheres”. Ainda sobre a Ação Política, é interessante ressaltar que se trata sempre de rainhas dotadas de trajetórias absolutamente singulares. Isso provavelmente se explica pelo período que abarca o Volume 1, a Antiguidade, cujos registros, na maioria das vezes, dizem respeito a famílias reais. Em relação ao item “Contínuo de subalternidade”, no qual as “mulheres” (em geral) são alocadas ao lado de outros segmentos subalternos (em detrimento a uma classe específica de homens), tem-se a ligação entre Antiguidade e Idade Média na representação da exclusão. Sobre as “Convenções sociais”, destacam-se processos de objetivação da mulher, lógica que ganha amplitude ainda mais nefasta nos casos em que se marcaram situações de violência sexual. Chama a atenção que, se nos segmentos sobre as convenções a posição do livro parece crítica, nos casos relativos à violência observa-se uma alarmente convivência (provavelmente desapercibida, mas ainda assim convivência).

Considerando essas as conclusões preliminares mais relevantes para o primeiro quadro sinóptico, seguimos para os segundo:

3.2. Feminino no Volume 2

Referências ao feminino	Contexto histórico da referência	Universo social da referência	Observações analíticas
<p>“Segundo a tradição, a poderosa rainha de Sabá, cujos domínios se estendiam dos planaltos etíopes, Sudão, Arábia, Síria até as regiões da Índia, foi a Jerusalém a convite do rei Salomão. Lá estabeleceram relações comerciais. A rainha controlava o comércio de ouro, marfim, ébano, pedras preciosas, óleos e especiarias.” (p. 18)</p>	<p>Antiguidade: África, Oriente Médio e Índia</p>	<p>Ação Política</p>	<p>Representa-se um ente feminino cujo primeiro qualitativo é “poderosa”, o que já fornece indícios de sua posição social. Exemplifica-se a amplitude de seu poder relatando a extensão de sua soberania, tanto territorial quanto mercantil (remetendo, mais uma vez, a raridade de tais características). Contudo, o poder dessa personagem é lastreado à “tradição”, aludindo ao legendário ou mítico. Destarte, talvez fosse pertinente problematizar a criação legendária de uma figura como essa na Antiguidade (O imaginário sobre equidade de gênero não seria, literalmente, antigo?)</p>
<p>“A tradição judaico-cristã estabeleceu o lado esquerdo como um lugar inferior. Eva teria saído do lado esquerdo de Adão. Na Idade Média, o lado esquerdo, feminino por excelência, era tido como a imagem satânica em oposição ao lado direito, considerado divino.” (p. 99)</p>	<p>Medieval: Europa</p>	<p>Imbricação religião/feminino</p>	<p>Lastreia-se a subalternidade da mulher na “longue durée” de forma bastante complexa, reportando tal condição subalterna para a tradição religiosa mais preponderante no Brasil. Impõe-se a questão, portanto, de como alunos/as (e professores/as) reagem frente à crítica subjacente à aproximação da figura da mulher ao mal (ao satânico). É pertinente, também, levar em consideração como essa explicação sobre a histórica vinculação do esquerdo ao nefasto pode influenciar os/as estudantes a refletirem se isso se aplica, contemporaneamente, por exemplo, a partidos políticos.</p>
<p>“Nessa época foi elaborado um Código Civil que institucionalizava algumas reivindicações</p>	<p>Modernidade: Europa</p>	<p>Contínuo de subalternidade</p>	<p>Significativo contraponto da tão alardeada conquista de direitos civis inerente à Revolução Francesa. Primeiramente, observa-se a construção de um polo subalterno abrangendo “empregados, mulheres, filhos”, o que</p>

<p>populares da época da Revolução Francesa – igualdade perante a lei, direito de escolher a profissão, proteção dos direitos de propriedade, abolição da servidão – e reforçava o caráter secular do Estado. Entretanto, no que se referia à igualdade, o Código não reconhecia aos empregados o direito à igualdade de tratamento em relação aos patrões, em suas negociações trabalhistas, e tampouco mulheres e filhos podiam se equiparar a, respectivamente, maridos e pais. Quanto às mulheres, em desvantagem em relação aos maridos em questões de propriedade, adultério e divórcio, o Código mantinha os valores sobre família vigentes na época.” (p. 105)</p>			<p>assinala a lógica transversal de opressão família-trabalho; esfera pública-privada; gênero-classe social. O fragmento também retoma a subalternidade feminina, explicitando a sua franca desvantagem no tocante a propriedade, adultério e divórcio, ou seja, a aspectos totalizantes da vida social.</p>
<p>“Em julho de 1830, aqueles que eram contrários aos decretos do rei Carlos X foram às ruas de Paris. Levantaram barricadas, recebendo a adesão de regimentos do exército que tinha desertado e das mulheres. Na luta que se seguiu, cerca de 2 mil parisienses foram mortos.” (p. 158)</p>	<p>Modernidad e: Europa</p>	<p>Ação Política</p>	<p>A explicitação da participação de mulheres nesse movimento social não é apenas significativa porque as remete a um comportamento ativo, mas porque sugere sua incursão em lutas corpo a corpo (o que subsidia outras visões do feminino no período abordado, bem como na História das mulheres).</p>

<p>“As relações com os povos indígenas Os homens e as mulheres que conquistaram as terras do Oeste ficaram conhecidos como pioneiros. Participavam de caravanas compostas por famílias e grupos de indivíduos em busca de uma vida melhor.” (p. 170)</p>	<p>Modernidade: Américas</p>	<p>Equidade representacional</p>	<p>A posição de mulheres como conquistadoras e pioneiras – dentro da lógica do expansionismo estadunidense – garante a ambos os sexos a posição heroicizante na assim chamada construção da nação.</p>
<p>“Entre as diversas personagens da Farrroupilha destaca-se também Anita Garibaldi. Nascida em Laguna (SC), tornou-se companheira de Giuseppe Garibaldi, participando com ele em combates e campanhas militares no Brasil, Uruguai e na Itália.” (p. 181)</p>	<p>Modernidade: Américas</p>	<p>Ação Política</p>	<p>Mesmo sendo o marido uma peça fundamental para sua participação em combates, expõe-se a figura de uma mulher guerreira, mais uma vez subsidiando leituras diferentes do senso comum (de que mulheres não participariam de combates).</p>
<p>“O brusco crescimento demográfico de Manaus revela também a face perversa de uma modernização inacabada ou falha. [...] Na nova cidade, os índios e imigrantes pobres tornam-se trabalhadores urbanos, homens e mulheres excluídos de um projeto em que nesse momento só havia lugar para as elites e uma classe média incipiente. É nesse momento que surgem cortiços,</p>	<p>Modernidade: Américas</p>	<p>Equidade representacional</p>	<p>Aponta-se para a inscrição de mulheres em percursos históricos, ressaltando o entrecruzamento entre gênero e classe. De um lado, elite e classe média são representadas como grupos genéricos. Do outro lado, os excluídos são compostos por homens e mulheres. Ao especificá-los, aumenta-se o grau de identificação, oferecendo maior concretude ao segmento social. De forma mais concreta – mais facilmente apreensível – os grupos excluídos ganham estatuto particular, talvez provocando maior empatia.</p>

<p>albergues e acampamentos de imigrantes nordestinos à espera de um barco de seringal distante. [...]” (p. 237)</p>			
<p>“Antônio Vicente Mendes Maciel ou Antônio Conselheiro, como ficou conhecido, nasceu em 1828, em Quixeramobim, interior do Ceará. Tornou-se beato e pregador em 1872, depois de abandonado por sua mulher. Peregrinou por várias partes do Nordeste, sendo acompanhado de muitos adeptos. Em pouco tempo, despertou inquietação entre representantes da Igreja Católica, que solicitaram medidas das autoridades contra o beato.” (p. 247)</p>	<p>Modernidade: Américas</p>	<p>Comportamento sexual-afetivo</p>	<p>A ocorrência do vocábulo “mulher”, nesse fragmento, garante dois direcionamentos expressivos no tocante à agência feminina. De um lado, a força semântica da ação de abandonar (o esposo), que contextualmente remete ao controle de si e à ascendência sobre a vida marital, evocando a possibilidade de uma postura relativamente ativa nas relações de gênero da época. De outro lado, existe a possível inferência de que o ato de abandonar, não seja apenas um marcador temporal (depois disso aconteceu aquilo), e que esse advérbio temporal (“depois”) ganhe parcialmente estatuto de advérbio causal (no sentido de “por isso” ele tornou-se beato). Nessa perspectiva, outra carga semântica seria encontrada no segmento, ampliando consideravelmente a força da ação feminina relatada. Contudo, esse alargamento de sentido pode dar vazão a interpretações que veiculam atos femininos à negatividade (o que é inerente à lógica judaico-cristã abordada no próprio livro, quando se identificou a tendência “esquerda” do feminino). Dito de outra maneira, levando em consideração que “abandonar” (nesse caso, uma família, mesmo que ela seja composta apenas pelo esposo) tende a ser lido como, intrinsecamente, ruim (sobretudo, sem maiores contextualizações), há de se considerar que tal trecho pode incidir de forma inesperadamente negativa sobre as mulheres, corroborando sub-repticiamente com valores compartilhados – quase que inconscientemente – pelo senso comum.</p>

<p>“À frente, homens e mulheres, fantasiados de indígenas ou idosos, seguidos pelos tocadores de tambor. Nas ruas das áreas centrais da cidade, em seus cortejos, muitos aproveitaram a ocasião para criticar a escravidão e os governantes do Brasil monárquico. E negros fantasiados de indígenas cantavam em línguas africanas.” (p. 258)</p>	<p>Modernidade: Américas</p>	<p>Equidade representacional</p>	<p>Esse trecho, que expõe o nascedouro do carnaval de rua no Brasil, ao reiterar inversões típicas desse ritual social, inscreve mulheres na História. É digna de nota a escolha de se representar o carnaval como evento no qual segmentos subalternos podem – temporariamente – burlar a ordem social (argumento já levantado no Volume 1 sobre a carnaval no medievo, inclusive, relatando a participação e liberação femininas). Também é digno de nota como a figura indígena era usada por esses segmentos nos processos de inversão carnavalesca (não só pelo feminino). Certamente, essa não é uma leitura de fácil apreensão, entretanto, pode-se afirmar que está disposto nesse recurso pedagógico indício para uma leitura de como as subalternidades podem se entrecruzar, de que a representação de uma pode ser apropriada pela outra, e de como isso pode gerar efeitos no questionamento do status <i>quo</i> (inclusive, em termos etários, quando se indica a possibilidade de se fantasiar de idoso anteposto ao ato de criticar a “escravidão e os governantes do Brasil monárquico”).</p>
---	----------------------------------	----------------------------------	---

De forma contrastiva, o primeiro aspecto a ser observado é a expressiva diminuição na ocorrência de fragmentos analisáveis nos textos principais do Volume 2, que aborda “do século XVII, com as revoluções inglesas, até o início do século XX, com os primeiros anos da república no Brasil” (CAMPOS & CLARO, 2013b, p. 3). Ou seja, existem mais referências no período correspondente à Antiguidade do que à Idade Média. Contudo, nesse novo contexto temporal, apesar de menos habitado por personagens femininas, compreendeu uma mudança significativa no padrão de representação em relação ao primeiro volume. Ações políticas ligadas ao feminino também foram executadas por mulheres comuns. Alargou-se a agência política do feminino, restrita, anteriormente, a personagens singulares ligadas a grupos dominantes. Nesse sentido, destaca-se a luta nas barricadas (p. 158) e a personagem de Anita Garibaldi (ligada a grupos populares). Isso é importante à medida que relaciona a agência feminina (política, mas não

apenas) com dimensões mais amplas da vida social. Não se restringe a personagens singulares e a episódios de caráter mais esporádico. Essa lógica argumentativa é reforçada no contexto da “Equidade representacional” que aborda ações de mulheres em diferentes contextos da vida social: expansão para o Oeste estadunidense, a *gentrificação* em Manaus, o carnaval de rua. Sob essa lógica, mitiga-se o apagamento das mulheres como agentes históricos. A fim de prosseguir nos contrastes, vejamos o terceiro quadro.

3.3. Feminino no Volume 3

Referências a mulheres	Contexto histórico da referência	Universo social da referência	Observações analíticas
“Entre os voluntários estavam: o escritor francês André Malraux; a filósofa francesa Simone Weil ; o escritor inglês George Orwell” (p. 21)	Guerra fria	Ação Política	Apresenta-se referência a uma mulher, a filósofa Simone Weill, enquadrada entre seus pares masculinos (André Malraux e George Orwell) como importante influência na resistência contra o totalitarismo.
“como na escultura de Vera Mukhina , que parece buscar a grandeza do trabalhador como símbolo da nação” (p. 106)	Guerra Fria	Ação Política	No caso de Vera Mukhina, o dado pertinente é o fato terem mencionado que a obra de arte referida ("Operário e camponesa de Kolkhoz", de 1937) foi produzida por uma mulher. Apesar de não trazer mais informações sobre essa escultora, é significativo que o texto refira seu nome, assim os/as alunos/as podem reconhecer a presença feminina numa posição destacada.
“Pouco depois o casal Julius e Ethel Rosenberg , acusado de auxiliar Fuchs, foi condenado à morte. Até hoje não existem provas definitivas de que tenham de fato trabalhado como agentes soviéticos”. (p. 126)	Guerra Fria	Ação Política	Sobre o casal Julius e Ethel Rosenberg, o fato de terem citado seus nomes é significativo porque, mesmo que novamente de forma bastante pontual (e ainda numa posição de vítima), citar Ethel é um reforço à visibilidade de mulheres na História.

<p>“Marlene ou Emilinha Borba, Jânio ou Ademar de Barros, Pelé ou Mané Garricha. Acima de todos, Getúlio Vargas.” (p. 133)</p>	Era Vargas	Equidade representacional	As cantoras Marlene e Emilinha Borba são enquadradas ao lado de outros pares, estes masculinos: Jânio Quadros e Ademar de Barros, Pelé e Mané Garricha. Sendo personagens de proa da história política e da história desportista brasileiras, entende-se que semelhante importância deve ser conferida às cantoras, o que ainda que indiretamente valoriza o papel das mulheres na sociedade.
<p>“A juventude transviada (...) que ouvia rock’n’roll, apostava corridas de automóvel, sonhava com Marilyn Monroe, usava blue jeans e jaquetas de couro, odiava política, consumia álcool e envolvia-se com frequência em brigas de turma – invadia com seus símbolos as ruas, praças e avenidas do nosso país tropical” (p. 151)</p>	Brasil, meados do século XX	Convenções sociais	Marilyn Monroe é apenas retratada como um objeto de desejo. Por conseguinte, mesmo que exista personalização, simultaneamente, ocorre uma objetificação – especialmente se observarmos outros elementos na estrutura de paralelismo: corridas de automóvel, blue jeans, jaquetas de couro, álcool. Dessa forma, o caráter de Marilyn Monroe como agente histórico é muito fragilizado.
<p>“A LIMDE (Liga das Mulheres Democráticas) impediu a realização de um congresso vermelho em Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, formava-se a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) – era a sensibilidade nacional despertando” (p. 161)</p>	Ditadura Militar no Brasil	Ação Política	Esse fragmento tematiza o que poderíamos de chamar de memórias indesejáveis, focalizando um episódio traumático da História brasileira e lembrando que a ditadura militar no Brasil foi apoiada por elites conservadoras. O texto menciona associações políticas compostas por mulheres, sem dúvida algo bastante expressivo (sobretudo, se levamos em consideração as restrições sociais vividas por mulheres), que tiveram papel ativo na mobilização civil em prol da tomada de poder pelos militares em 1964. A única forma de contextualização desses movimentos refere-se a uma “consciência nacional” que estaria “despertando”; nada mais é

			dito, deixando essa informação relativamente desconexa e de pouca serventia para a compreensão dos fatos.
<p>“<i>Adorei a revolução de vocês!</i>” Com essa frase, a insinuante Brigitte Bardot avaliava o golpe militar de 1964, que, por acaso, presenciara de perto. Não menos “insinuante” e “profundo”, o embaixador estadunidense Lincoln Gordon saudou entusiasticamente o golpe” (p. 169)</p>	Golpe militar de 1964	Ação Política	<p>A fala da célebre atriz do cinema francês – avaliado o paralelo feito com a fala do embaixador estadunidense – funciona como instrumento para a ironia. Em um primeiro nível, tem-se o adjetivo “insinuante”, que caracteriza tanto a atriz quanto o embaixador. Se esse adjetivo – normalmente de conotação sexual – é frequentemente atribuído a atrizes, o mesmo não acontece com embaixadores. Em um segundo nível, tem-se o adjetivo “profundo”, que, devido à posição na sentença, é entendido a partir da ironia produzida imediatamente antes (com o “insinuante”). Isso predispõe o leitor ao entendimento de que o sentido desses adjetivos é o oposto do denotativo, o que é evidenciado pelo uso das aspas. Apesar do paralelismo que proporcionou à imagem da mulher referida no texto uma representação irônica, entendemos que considerar feitos tidos como reprováveis de mulheres específicas não prejudica a construção de uma História capaz de promover maior equidade de gênero. Para fomentar a reflexão sobre formas de dominação na sociedade – necessário caso se pretenda promover maior equidade –, não seria produtivo construir narrativas nas quais o feminino estivesse irremediavelmente ligado ao “justo” ou ao “correto”.</p>
<p>“Haile Selassié (1892-1975), nascido com nome Tafari Makonnen e posteriormente conhecido como Ras Tafari, foi regente da</p>	Antiguidade: África	Ação Política	<p>Essa breve menção à rainha da Sabá se torna mais significativa quando se tem em mente que tal personagem fora tratada no primeiro livro da série (também examinado nessa dissertação). A única ponderação a fazer é que essa menção talvez</p>

<p>Etiópia entre 1916 e 1930. Coroado imperador (1930), governou a Etiópia até 1974. Anunciava-se como o herdeiro da dinastia salomônica, que remonta ao século XII e que, segundo tradição etíope, descenderia diretamente do Rei Salomão e da Rainha Makeda, também conhecida como Rainha de Sabá.” (p. 176)</p>			<p>merecesse um pouco mais de contextualização para reavivar a memória dos/as alunos/as, porque se trata de uma personagem com características pertinentes em termos de formação cidadã (uma rainha negra) e que não figura no cotidiano da maioria das pessoas (mesmo que ela seja citada em textos bíblicos).</p>
<p>“Como em nenhum outro momento da História, os jovens contestavam. As minissaias e os biquínis expunham com ousadia os corpos femininos. A descoberta da pílula anticoncepcional liberava as práticas sexuais das restrições sustentadas pela religiosidade cristã. (...) Os Estados Unidos ferviam. Os negros levantavam-se contra a discriminação racial. As mulheres, contra o machismo. Os jovens, contra a Guerra do Vietnã. Black Power; Make Love, Not War; Sex, Drugs and <i>Rock’n’Roll</i>; Revolution.” (p. 186)</p>	<p>Contracultura na segunda metade do século XX</p>	<p>Convenções sociais</p>	<p>Ao correlacionar minissaias e biquínis à contestação, o texto oferece subsídios para a reflexão política que envolve o controle de corpos e de sua exposição (sobretudo do feminino). Em segundo lugar, relaciona-se o anticoncepcional à liberação sexual e, nesse ponto, talvez fosse pertinente problematizar que o anticoncepcional é um artefato (notadamente nessa época) feminino, no sentido que é sobre corpos de mulheres que eles atuam diretamente. Trata-se, portanto, de uma liberação que recai de formas distintas nos sexos (sobretudo, porque os homens tendiam a ter uma vida sexual já muito mais liberta). Em terceiro lugar, ao posicionar a luta contra o machismo ao lado da luta contra o preconceito racial e a guerra do Vietnã, é reforçada a legitimidade da luta social empreendida pelo feminismo.</p>
<p>“Em 1955, no Estado do Alabama, nos Estados</p>	<p>Segregação racial nos EEUU</p>	<p>Ação Política</p>	<p>Percebemos como particularmente importante a nomeação de Rosa Parks como agente dentro dos chamados atos</p>

<p>Unidos, uma jovem negra, chamada Rosa Parks, foi presa por não ter cedido o seu assento em um ônibus para um homem branco que estava de pé, como previa a legislação estadual (...). O caso de Rosa Parks projetou o nome de Martin Luther King nos Estados Unidos (...).” (p. 188)</p>			<p>de “desobediência civil” relacionados aos movimentos contestatórios tratados no Volume 3. Apesar do relativo curto espaço destinado a ela, se avaliada a amplitude das seções do capítulo [?] e a notoriedade de Luther King, esse espaço é significativo. Outro aspecto relevante a respeito da agência dessa personagem diz respeito à ação de <i>não ceder</i>, o que confere uma forte ação no mundo, que a distancia do lugar da passividade. Isso é importante como forma de potencializar ações do feminino, muitas vezes representadas como imóveis dentro da opressão.</p>
<p>“Estamos nos referindo, é claro, à noretindrona, o primeiro anticoncepcional oral, mais conhecido como ‘a pilula’. Atribui-se a essa molécula o mérito – ou a culpa, segundo o ponto de vista adotado – pela revolução da década de 1960, o movimento de liberação das mulheres, a ascensão do feminismo, o aumento da porcentagem de mulheres que trabalham e até a desagregação da família. Apesar da divergência das opiniões acerca de seus benefícios ou malefícios, essa molécula desempenhou importante papel nas enormes modificações por que passou a sociedade nos 40 anos, aproximadamente, transcorridos desde que a pílula foi criada.” (p. 199)</p>	<p>Contracultura na segunda metade do século XX</p>	<p>Convenções sociais</p>	<p>Uma das finalidades desse texto é o diálogo interdisciplinar com a biologia, o que <i>a priori</i> é bastante interessante porque retoma o tópico do anticoncepcional discutido anteriormente (p. 186). Porém, aqui o risco é ainda maior de fomentar reflexões que descabem para o determinismo biológico do que nos fragmentos tratados no Volume 1 (cuja imbricação diz respeito a teorias da antropológica social e física). No momento em que se atribui à <i>noretindrona</i> culpa ou mérito por movimentos contra-hegemônicos e transformações sociais, está se descartando a luta feminista que antecede o advento da pílula (aliás, na parte “Atribui-se a essa molécula [...]”, não se explicita quem atribui, o que dificulta para leitores/as por em xeque tal informação, o que corrobora para sua aceitação). Evidentemente, não pretendemos advogar por uma desconsideração do impacto desse medicamento, todavia, não podemos nos furtar de questionar argumentos que reduzem transformações sociais como epifenômenos de transformações biológicas. Ponderamos, contudo, que essa linha argumentativa pode acarretar, entre os/as estudantes,</p>

			entendimentos enviesados – e desmotivadores – em relação aos processos de lutas políticas.
<p>“Em 1980 a 1981, diversas bancas de jornal foram incendiadas e destruídas. Uma carta-bomba foi enviada à sede da OAB, matando a secretária do presidente da entidade.” (p. 223)</p>	Ditadura militar no Brasil	Ação política	Nesse pequeno segmento, tem-se a personalização, não nomeada, de uma vítima da ditadura militar no Brasil. Sua posição como secretária (assinalada no texto) remete à participação feminina no mundo do trabalho.
<p>“Aldous Huxley apresentara, no livro <i>Admirável Mundo Novo</i> (1932), uma sociedade homogênea, composta por homens e mulheres despersonalizados, insuportavelmente perfeita, onde não haveria espaço para dúvidas ou contestações.” (p. 223)</p>	Período entreguerras	Equidade representacional	Este excerto foi selecionado pela lógica da significância de se afirmar que a sociedade é composta por homens e mulheres. Esse tipo de afirmação corrobora – mesmo que pontualmente – para a visibilidade da mulher (sobretudo, quando nosso pensamento é estruturado por uma língua na qual o masculino é considerado universal).
<p>“O ato da concepção, por exemplo, que até agora requeria a união do homem e da mulher, do esperma e do óvulo, se tornaria uma mera opção. Estaria rompido um elo da civilização humana: a união do homem e da mulher na família, no parentesco e na ordem social. No mundo da clonagem humana, como definiríamos família e sociedade?” (p. 246)</p>	Atualidade: mundo inteiro	Convenções sociais	Ao questionar sobre as possíveis consequências da clonagem para a espécie humana, afirma-se primeiramente que “Estaria rompido um elo da civilização humana”. Nessa sentença, destaca-se o modo subjuntivo do verbo estar (estaria), o que implica uma forma de condicionalidade e, nesse caso específico, uma atenuação do sentido que estaria impresso pelo modo indicativo (ex.: está rompido). Ou seja, afirma-se de maneira evasiva esse rompimento. Outro aspecto desse mesmo segmento que implica em atenuação é o artigo indefinido (um). Não se fala do elo, mas de <i>um</i> elo. No aposto, “a união do homem e da mulher na família, no parentesco e na ordem social”, no qual se explica ao que o referido elo alude, há uma

			<p>redução de dimensões complexas da vida social ao ato da procriação. Há que se mencionar ainda a complexidade dos sistemas de parentesco (que são arranjos múltiplos, dos quais a procriação, mesmo central, acomoda-se de formas as mais distintas nos vários grupos humanos). Nesse crescente de complexidade, a ordem social consequentemente está ainda mais longe de ser subsumida à procriação. Isso é particularmente contra produtivo no contexto atual, quando se disputa na arena da sociedade civil não apenas a legitimidade, mas também legalidade, de outros arranjos familiares, não pautados pela capacidade reprodutiva dos casais. Ou seja, esse conjunto argumentativo, a despeito da temática ser outra, não corrobora com lutas anti-sexistas e anti-homofóbicas.</p>
<p>“Em 2005, os testes de um antivirótico utilizado no tratamento de AIDS foi suspenso na Nigéria. Motivo: problemas éticos graves. De julho de 2004 a janeiro de 2005, em Camarões, foram realizados testes em 400 prostitutas. As voluntárias, muita vezes analfabetas, receberam informação escrita em inglês. Algumas mulheres pensaram que estavam sendo vacinadas.” (p. 260)</p>	<p>Atualidade: África</p>	<p>Violência</p>	<p>Novamente, mulheres são representadas como objetos de experiências. Nesse caso específico, as personagens partilham vários níveis de subalternidade: mulheres, prostitutas, iletradas, no contexto africano à mercê de inescrupulosas empresas farmacêuticas. Essa sucessão de atributos que as caracterizam pode ser interpretada como índice da vulnerabilidade preferencial. No que se refere ao conjunto argumentativo de todo o livro, as mulheres ocupam mais uma vez a posição de vítimas (e de vítimas preferenciais, não se fala, por exemplo, de experimentos com prostitutas homens).</p>

Nesse terceiro volume, que trata do “início do século XX até os nossos dias” (CAMPOS & CLARO, 2013c, p. 3), os padrões de representação se adensam pelo próprio contexto histórico – contemporaneidade – no qual as mulheres tendem a ocupar cada vez mais o espaço da esfera pública. Esse adensamento gera formas menos genéricas do feminino que se verifica no forte crescimento da personalização (nomeação): Simone Weil; Vera Mukhina; Ethel Rosenberg; Marlene; Emilinha Borba; Marilyn Monroe; Brigitte Bardot; Rainha de Sabá e Rosa Parks. Esse aumento de personalização se expressa, inclusive, na maior quantidade de universos sociais ocupados por mulheres nomeadas (nos volumes anteriores estava restrito ao da Ação Política).

Ainda sobre esse adensamento, é interessante notar que ele se desvia o feminino de formas binárias (vítima / heroína) com as quais as mulheres tendiam a ser representadas anteriormente. Tem-se espaço para a ironia, por exemplo, como no caso de Brigitte Bardot (entretanto, sua construção como objeto sexual, transforma a ironia problemática, porque reforça a objetificação das mulheres). Por fim, é digno de nota como a rainha de Sabá reaparece nesse terceiro livro, ocupando a totalidade da coleção, mas sem nunca ser efetivamente contextualizada. Isso produz um efeito paradoxal: se tão importante para se representada em toda coleção, porque não sem tem, por exemplo, um texto sobre ela?

Encerrando a macroanálise sobre o feminino e aprofundando o contraste entre os livros, descrevemos o número de ocorrência das principais referências fragmentárias ao feminino no conjunto da obra, relacionado-as com seus determinados universos sociais.

VOLUME 1	
CONTEXTO SOCIAL	Quantidade de referências
Equidade representacional	3
Ação Política	4
Contínuo de subalternidade	3
Comportamento sexual-afetivo	2
Convenções sociais	3
Imbricação religião/ feminino	1
Comportamento sexual-afetivo (mascara contexto de violência sexual)	3

VOLUME 2	
CONTEXTO SOCIAL	Quantidade de referências
Equidade representacional	3
Ação Política	3
Contínuo de subalternidade	1
Comportamento sexual-afetivo	1
Convenções sociais	0
Imbricação religião/ feminino	1
Comportamento sexual-afetivo (mascara contexto de violência sexual)	0

VOLUME 3	
CONTEXTO SOCIAL	Quantidade de referências
Equidade representacional	2
Ação Política	8
Contínuo de subalternidade	0
Comportamento sexual-afetivo	0
Convenções sociais	4
Imbricação religião/ feminino	0
Comportamento sexual-afetivo (mascara contexto de violência sexual)	0
Violência	1

Total	
CONTEXTO SOCIAL	Quantidade de referências
Equidade representacional	8
Ação Política	15
Contínuo de subalternidade	4
Comportamento sexual-afetivo	3
Convenções sociais	7
Imbricação religião/ feminino	2
Comportamento sexual-afetivo (mascara contexto de violência sexual)	3
Violência	1

Esses dados demonstram como a Ação Política é preponderante em toda coleção, o que aponta para o esforço instanciado em todos os livros de correlacionar o feminino com espaços de poder. Assim como existe um esforço considerável de se evidenciar ações de mulheres (em paralelo com as dos homens) nas dinâmicas sociais representadas na Equidade representacional. Por último, ainda vale ponderar que a representação de violência contra a mulher (um dos temas centrais na formação cidadã) é pouca desenvolvida e, até mesmo mascarada, gerando um efeito contrário, que naturaliza tais práticas.

Desse modo, encerramos nossas considerações macroanalíticas sobre os padrões de representação do feminino e da lógica argumentativa subsequente. A próxima e última seção deste capítulo trata das ocorrências relacionadas ao universo LGBTT, cuja primeira característica já destacável é a baixíssima frequência de ocorrências, restrita apenas ao contexto do Volume 3, o que assinala sua marginalidade no conjunto da obra.

3.4. LGBTT no Volume 1

Referências ao grupo LGBTT	Contexto histórico da referência	Universo social da referência	Observações analíticas
<p>“Após a ascensão dos nazistas, a Alemanha se transformou rapidamente. Com as liberdades individuais restringidas, a Gestapo, a polícia secreta do Estado, estava presente em todas as partes, controlando os atos de cada cidadão. As prisões ficaram lotadas de inimigos do regime, e uma onda de perseguições foi desencadeada contra as minorias, judeus em primeiro lugar, mas também comunistas, negros, ciganos e homossexuais.” (p. 102)</p>	Alemanha Nazista	Perseguição	Homossexuais são identificados como minorias, e a um grupo de minorias específico, perseguido por um regime totalitário, ou seja, como perseguidos de um sistema de governo notoriamente assassino.
<p>“McCarthy também alegava saber da existência de homossexuais no Departamento de Estado. Os governos municipais e estaduais em todo o país já haviam lançado uma descompostura aos gays; outros senadores republicanos se apoiaram nessas acusações e as</p>	EUA durante a Guerra Fria	Perseguição	Homossexuais são representados como vítimas de um sistema de governo. É necessário também tratar da pergunta que acompanha esse texto: a questão traz para o

<p>reforçaram. Quando o Departamento de Estado admitiu, dias depois do discurso de McCarthy, que demitira 91 homossexuais como medida de segurança, os senadores pressionaram para uma investigação mais completa. Mais tarde, naquele mesmo ano, uma subcomissão do Senado publicou um relatório sobre o ‘emprego de homossexuais e outros pervertidos sexuais no governo’. Em consequência, milhares de homossexuais foram obrigados a deixar seus empregos públicos.”</p> <p>4. Como é tratada a questão da orientação sexual no Brasil hoje? (p.142)</p>			<p>cotidiano dos/as alunos/as a reflexão sobre orientação sexual, especificando tanto o momento presente, como o Brasil, em termos de contexto geográfico, o que certamente provoca um redimensionamento da leitura desse fragmento.</p>
<p>“o homem era obrigado a demonstrar sua valentia e proteger as damas de quaisquer grosserias; os filhos deviam manter-se respeitosos aos pais, mesmo diante de suas maiores arbitrariedades, o uso de uma camisa lilás ou rosa por um homem não deixava dúvidas: tratava-se de um ‘mandraque’”. (p. 151)</p>	<p>Brasil meados do séc. XX</p>	<p>Convenções sociais</p>	<p>Utiliza-se um termo da época que nomeava os homossexuais depreciativamente, o que reforça a perseguição histórica desse grupo social e incita a reflexão, pelo tom avaliativo do texto, sobre convenções sociais que impõem comportamentos.</p>
<p>“As obras artísticas, musicais ou literárias que tratavam de tema erótico foram destruídas e os homossexuais foram perseguidos. Universidades e institutos de pesquisa foram fechados. Milhares de monges budistas tibetanos foram massacrados.” (p.185)</p>	<p>Revolução Cultural Chinesa</p>	<p>Perseguição</p>	<p>Mais uma vez, homossexuais são representados como vítimas de um sistema de governo.</p>
<p>“Em maio de 2008, o STF aprovou a realização de pesquisas com células-tronco no país. Em março de 2009, decidiu favoravelmente aos povos indígenas a questão da presença de não-índios nas terras da reserva Raposa Serra do Sol. Em maio de 2011, o STF reconheceu a equiparação da união</p>	<p>Atuação do poder judiciário no Brasil</p>	<p>Conquista de direitos</p>	<p>Não há uma avaliação explícita a respeito dos atos do Superior Tribunal Federal (STF); afirma-se apenas que ele atua em “importantes e polêmicas questões da sociedade brasileira” (ou seja, entende-se que o</p>

<p>homossexual à heterossexual. Para muitos, o Poder Judiciário acaba realizando as funções legislativas. Para outros, é a morosidade do Congresso que obriga o Judiciário a resolver importantes e polêmicas questões da sociedade brasileira.” (p.263)</p>			<p>casamento gay é uma dessas questões).</p>
---	--	--	--

Observem que o maior padrão da representação do grupo LGBTTT está no de vítima de perseguição política (3 ocorrências), tanto pelo regime nazista, como pela democracia estadunidense e pelo comunismo chinês. Isso reforça não apenas a condição subalterna, mas a de vítima preferencial, que os homossexuais ocuparam durante a história do século XX (outro aspecto digno de nota que é assinalado, indiretamente, refere-se ao fato de que os comunistas – em vários contextos – também ocuparam essa posição de vítima preferencial, ainda que por razões bem distintas). Ainda sobre a representação de perseguidos políticos, é interessante notar que se no regime nazista, homossexuais foram postos ao lado, por exemplo, de negros (o grupo social que, provavelmente, tem maior concretude na vida cotidiana dos/as estudantes brasileiros/as); nos Estados-Unidas da guerra fria, foram postos ao lado de comunistas e, na China comunista, ao lado de monges budistas e do fechamento de universidades. Ou seja, ao lado de manifestantes políticos, da intolerância religiosa (ainda que isso não necessariamente seja lido dessa maneira) e do ataque à educação (esse último aspecto sendo, provavelmente, mais facilmente assimilável).

De todo modo, é explícito como o ataque a homossexuais é representado dentro de um contexto altamente negativo (reforçando, ainda mais, a linha argumentativa seguida em todo livro, evidenciando a violência a qual esse grupo foi submetido). Esse padrão de escolha representacional desvela que a construção de “uma sociedade não homofóbica” (BRASIL, 2014b, p. 133-4) é pretendida na Coleção *Oficina de História*, preponderantemente, através da denúncia do sofrimento desse segmento social, o que nos parece legítimo, mesmo limitado.

Por fim, é necessário tecer um último comentário sobre a posição de equivalência (na importância e na polêmica) entre as “pesquisas com células-tronco” e a decisão favorável “aos povos indígenas”. Sobre as células-tronco não existe outras referências no livro que permita depreender se existe uma positividade implícita nesse pleito. Já em relação aos povos indígenas, há elementos que indicam um caráter positivado (o que não necessariamente implica que os/as

alunos/as entendam dessa forma). De todo modo, e haja vista a linha argumentativa seguida no livro, é legítimo supor que o casamento gay é representado do lado da positividade (e além do mais, tem o mérito de trazer esse universo para a contemporaneidade, porque as outras ocorrências fazem referência ao passado relativamente recente).

Por conseguinte, observamos que o movimento argumentativo do *Oficina de História* sobre o universo LGBTTT está dividido em 3 partes: a denúncia de (1) perseguição política, passando pela (2) crítica a convenções sociais e finalizando com a (3) posituação do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Desta forma, concluímos o movimento hermenêutico da macroanálise. Seguimos, então, no próximo capítulo, para o escrutínio pormenorizado de textos integrais. É importante ressaltar, contudo, que se para a construção deste capítulo, foram encontrados apenas 5 ocorrências referentes ao universo LGBTTT, para o movimento estrutural da microanálise, não foi encontrado nenhum texto integral sobre esse universo.

CAPÍTULO 4

Polo estrutural: microanálise

Este capítulo representa o segundo movimento analítico – mais atento aos aspectos formais da linguagem – no qual são tratados textos integrais. Os procedimentos adotados podem ser resumidos da seguinte maneira. Inicialmente, foram coletados os textos representativos da temática em foco por meio de duas varreduras em cada volume. A primeira varredura deu-se no índice remissivo e onomástico, em que buscamos indexadores da questão de gênero. A segunda percorreu a inteireza de cada obra, em que buscamos textos que versassem – ainda que indiretamente – sobre essa questão. Com o rastreamento desses espaços discursivos, verificamos a presença de posicionamento em relação à valorização das mulheres como agentes do processo histórico, o que representa um esforço em direção a “uma sociedade não sexista” (BRASIL, 2014b, p. 134).

Dessa maneira encontramos, no índice remissivo e onomástico, o verbete “feminismo/ feminista(s)”, no Volume 2, e “feminismo/ feminista”, no Volume 3 (com essa curiosa diferença de plural de uma obra para outra). Esses verbetes remetem aos textos “África: O Reino dos Ngolas entre Holanda e Portugal” e “As mulheres e a Revolução de 1848”, no segundo volume, e “As mulheres na política”, no terceiro volume. Decidimos, então, tomá-los para a composição de nosso *corpus*, devido à relevância do feminismo e da luta feminista – em suas multiplicidades – para o reconhecimento da cidadania subalterna relegada historicamente às mulheres. Essa seleção objetivou, também, não negligenciar a própria lógica argumentativa da coleção, que privilegia tais textos destacando-os no referido índice (o mesmo não acontece, por exemplo, com a homoafetividade). A esse *corpus*, ainda, acrescentamos o último texto do terceiro volume, “Governo Dilma”, ainda que não esteja correlacionado diretamente com o feminismo e a luta feminista. Sua inclusão se justifica porque ele se configura como o maior texto dedicado a um ente feminino.

No caso do primeiro volume, não existe qualquer referência direta no índice remissivo e onomástico a indexadores da questão de gênero. Entretanto, por meio da varredura no corpo da obra, o texto “As mulheres no teatro do Mundo” foi identificado. Esse texto também foi selecionado para a composição do *corpus* pois apresenta, na organização de sentidos, elementos

homólogos aos outros textos selecionados nos Volumes 2 e 3. Tal homologia é o que sustenta a análise transversal de toda coleção desse capítulo.²⁶

Portanto, cinco textos compõem o *corpus* que será aqui crítico-discursivamente analisado com a finalidade de avaliar sua contribuição potencial para a construção de uma sociedade “justa e igualitária” (BRASIL, 2014, p. 134). Assim como no capítulo anterior, optamos por restringir o universo semiótico tratado. Por conseguinte, não discutiremos nem as imagens que compõem os textos nem suas legendas. Nessa perspectiva, o escrutínio textual recairá sobre a integralidade dos cinco textos rastreados nos volumes da coleção, mas incidindo apenas sobre o aparato semiótico verbal (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Também como no capítulo anterior, nossas análises partem do mapeamento de todas as ocorrências nominais relacionadas ao feminino (como "mulher", "filha", "esposa", para tomar o campo semântico predominante no texto "As mulheres no teatro do Mundo" como exemplo). Em seguida, identificamos todas as ações executadas e sofridas pelas personagens históricas relacionadas a esses recursos nominais. Nosso objetivo é compreender como se textualiza a agência inerente ao feminino, nos casos em que ela seja efetivamente materializada no corpo textual.

Por último, é necessário esclarecer que mesmo que neste capítulo estejamos mais atentos aos elementos léxico-gramaticais, como a estratégia analítica aqui desenvolvida é contextualmente orientada, paramos de escavar através dos aspectos formais da linguagem quando atingimos pontos de saturação nas camadas de sentido. Ou seja, quando a significância de cada novo elemento examinado passou a funcionar, sobretudo, como reforço semântico do anterior. As análises seguirão a ordem em que os textos aparecem na coleção: em primeiro lugar, analisaremos o texto “Mulheres no teatro do mundo”, apresentado no primeiro volume da coleção; em seguida, passaremos ao texto “África: O Reino dos Ngolas entre Holanda e Portugal” e depois ao texto “As mulheres e a Revolução de 1848”, ambos do Volume 2; por fim,

²⁶ Sobre os elementos homólogos nos textos selecionados, pode-se elencar, em termos formais, a estruturação argumentativa na qual as principais personagens tendem a ser individualizadas em suas ações, gerando inclusive passagens de teor heroico. Em termos de conteúdo, pode-se citar a trama narrativa que gira em torno de relações de poder envoltas na emergência dos Estados-nações ou da consolidação desses. A relevância heurística da homologia entre os textos aqui analisados faz com que, por exemplo, “A divisão sexual do trabalho”, texto do Volume 1 (CAMPOS & CLARO, 2013a, p. 25), não componha o *corpus* analítico para este capítulo, ainda que ele represente um interessante esforço de remontar às origens da dominação masculina no desenvolvimento da agricultura pela espécie humana e que isso seja digno de nota.

analisamos o texto “As mulheres na política”, do terceiro volume da coleção. Todos os textos são reproduzidos e analisados integralmente, considerando seu aparato verbal.

4.1. “Mulheres no teatro do mundo”

O texto “Mulheres no teatro do mundo”, como já mencionado, pertence ao Volume 1 (página 274). Ele está localizado na terceira e última parte (“O Antigo Regime e as monarquias absolutistas”) do capítulo final (“O absolutismo na Inglaterra”) desse volume, cujos subtítulos são: “O parlamento inglês”; “O anglicanismo”; “Mulheres no teatro do Mundo” e “Shakespeare e o teatro à época de Elizabeth I”. Como esses subtítulos deixam transparecer, o contexto no qual o texto está inserido é o advento do absolutismo inglês, tratado em diversas dimensões correlacionadas: política, religiosa, artística etc.

É, portanto, entretido nessa miríade que devemos perceber como a agência feminina é representada. Iniciando pelo título, “Mulheres no teatro do mundo” metaforicamente evoca os papéis sociais desempenhados pelas mulheres em geral. Entretanto, devido ao contexto do capítulo, já é possível supor (o que será confirmado no corpo do texto) que esse mundo se refere apenas à Inglaterra e, mais que isso, à realeza inglesa. Tal construção frasal é problemática porque esse tipo de generalização contribui para a continuidade do imaginário eurocêntrico, ou seja, de uma Europa idealizada – ou fragmento bem específico desta – como valor universal.

Na sequência, o texto apresenta o que podemos identificar como uma listagem de mulheres, cujo denominador comum é o fato de terem sido esposas de Henrique VIII. Isso implica que a razão de existência textual de todas essas personagens femininas é a ligação com uma personagem masculina, o que já estabelece de antemão uma forte relação de subordinação de todas elas:

(1) Mulheres no teatro do mundo

Catarina de Aragão, Ana Bolena, Jane Seymour, Ana de Clèves, Catarina Howard e Catarina Parr. Pela ordem, essas foram as seis esposas de Henrique VIII, rei da Inglaterra no início do século XVI. A sucessão do trono esteve entre os motivos de suas atitudes drásticas.

Ainda sobre esse excerto, é necessário ressaltar que, como será evidenciado na sequência textual, a classificação das ações de Henrique VIII como “atitudes drásticas” semanticamente

mitiga a violência de seus atos. Mesmo que não se quisesse incorrer em anacronismo histórico descontextualizando práticas que no passado seriam percebidas diferentemente, o adjetivo “drásticas” tende ao eufemismo e, portanto, à legitimação de tais atos. Não é demais relembrar que um dos objetivos esperados desses recursos pedagógicos seja o combate à violência de gênero, de modo que o eufemismo na referência ao feminicídio não deve ser considerado uma escolha adequada a esse objetivo pedagógico.

No trecho reproduzido em (2), no qual são elencados os episódios associados às mulheres listadas anteriormente, as personagens femininas são retomadas de forma enumerativa (“a primeira”, “a segunda”...), o que transfere, ainda mais, o foco ao personagem de Henrique VIII. Vejamos o terceiro bloco de sentido identificado:

- (2) Como sua primeira mulher lhe deu “apenas” uma filha, Maria, Henrique VIII divorciou-se dela. A segunda deu-lhe outra filha, Elizabeth. A mãe foi executada, acusada de adultério e bruxaria. A terceira deu-lhe, finalmente, um herdeiro homem, Eduardo, mas Jane Seymour veio a falecer logo após o parto. A quarta não lhe deu filhos, e dela o rei também se divorciou. A quinta foi acusada de adultério. E o rei mandou executá-la. A sexta esposa sobreviveu. Henrique Tudor, ou Henrique VIII, morreu antes dela, em 1547.

O efeito de apagamento se potencializa quando a única ação referida das personagens femininas é “dar” filhos ao rei. Nessa mesma lógica, a aparição de Jane Seymour é sobrepujada pela personagem masculina de seu filho. Ainda sob a mesma lógica de subordinação, todas as ações que incidem sobre o feminino (ações sofridas pelas personagens identificadas com as “mulheres no teatro do mundo” ou ações a elas atribuídas) são ações voltadas para ou desencadeadas por Henrique VIII. Novamente, ações de extrema violência são listadas sem maiores contextualizações.

Mapeando as ações sofridas ou atribuídas às seis esposas do rei, temos três grupos de ações: aquelas representadas em processos materiais em que as mulheres assumem papel de Ator; aquelas também realizadas por processos materiais, mas em que as mulheres sofrem ação de outrem, e aquelas desenhadas em processos comportamentais (nos termos do Sistema de Transitividade proposto por Halliday, 2004).

No primeiro grupo, estão ações praticadas pelas mulheres e que têm como beneficiário Henrique Tudor, sempre relacionadas ao papel de genitoras, procriadoras de herdeiros (preferencialmente homens) – essas ações aparecem nas linhas de 1 a 4 em nosso excerto (2): “lhe deu ‘apenas’ uma filha”, “deu-lhe outra filha”, “deu-lhe, finalmente, um herdeiro homem”,

“não lhe deu filhos” (destaquem-se os elementos avaliativos em “apenas” e “finalmente”). Nesses casos importa notar que todas as mulheres que não realizaram adequadamente seu ‘papel’ de procriadoras (seja porque pariram outras mulheres ou porque não pariram) foram submetidas a algum tipo de castigo (sentença de morte ou despojo do papel de rainha). No segundo grupo, estão as ações materiais sofridas – o rei age em relação às mulheres apenas de duas formas: divorciando-se (linhas 2 e 5: “divorciou-se dela”, “dela o rei também se divorciou”) ou mandando matar (também linhas 2 e 5: “foi executada, acusada de adultério e bruxaria”, “foi acusada de adultério. E o rei mandou executá-la”). No caso de Ana Bolena, não há ator definido para os atos de acusação e execução, mas há justificativas apaziguadoras de seu assassinato: recebeu essa punição por ser considerada bruxa e adúltera; essa última acusação, o adultério, também serve de justificativa para o assassinato de Catarina Howard, caso em que a agência do rei sobre a ordem de sua execução é esclarecida. Por fim, há os processos comportamentais ligados a duas mulheres: Jane Seymour e Catarina Parr (linhas 4 e 6: “veio a falecer logo após o parto” e “sobreviveu”).

A agência delas é, portanto, negligenciada, na medida em que só se torna explícito o papel de procriadoras (se dão ou deixam de dar filhos ao rei), de vítimas (quando sofrem as ações materiais de acusação e execução) ou de seres que simplesmente morrem ou sobrevivem, realizando processos comportamentais, que não chegam a denotar qualquer ação no mundo. E isso sem que se evidencie qual tipo de reação elas poderiam ter tido ou que se problematize as contingências históricas que impossibilitaram qualquer reação.

O excerto em (3), a seguir, inicia-se com o destaque à condição de subalternidade da mulher; entretanto, tal efeito é mitigado pelo pós-modificador do processo comportamental “viver”:

- (3) A questão da sucessão do trono punha em evidência a posição subalterna da mulher nas sociedades europeias. De preferência, a herança do trono deveria ser masculina. E as esposas dos reis viviam perigosamente. Em razão das condições políticas, os acordos de casamento estabeleciam regras sucessórias. E, em geral, vetavam o acesso de mulheres, como era o caso da monarquia francesa.

“Viver perigosamente”, mesmo que paradoxal, é comumente usado de forma positiva, com significado próximo ao de viver aventuras, e por isso entendemos essa colocação no texto como mais um eufemismo da violência a que as mulheres tematizadas no texto estavam expostas.

Ainda, não se pode deixar de frisar o esforço de ênfase na questão da subalternidade por meio de justificativas explícitas na estrutura textual, nos espaços circunstanciais, como em “De preferência” e na explicação de que as mulheres não poderiam assumir o trono, mesmo estando na linha sucessória, notadamente em “Em razão das condições políticas”.

No trecho seguinte, pela primeira vez, relata-se que uma mulher assume efetivamente o trono. Porém, o foco parte de Henrique, representado como origem da permissão para que mulheres assumam esse papel, e as únicas informações sobre esse momento inaugural, quando uma mulher efetivamente governa, são resumidas a “desagradar os súditos protestantes” e “casar-se”. Maiores informações sobre a relação com esses súditos ou sobre os motivos e consequências desse casamento não constam no texto. Vejamos:

- (4) Porém, ao final de sua vida, Henrique Tudor concedia à sua filha Maria Tudor o direito de participar da linha sucessória, logo após seu irmão Eduardo, através do **Ato de Sucessão** de 1543. Após séculos de restrições, uma mulher poderia assumir o trono inglês. Por ironia, a concessão veio das mãos de um rei implacável com suas esposas. Com a morte de Eduardo em 1553, o trono inglês passou a ser ocupado por Maria I, a primeira rainha reinante na Inglaterra. Desagradou aos seus súditos protestantes ao tentar restabelecer a religião católica. Casou-se com o príncipe católico Felipe em 1554 que, dois anos depois, seria coroado monarca da Espanha, o mais importante Estado católico da época.

Apesar de pioneira, essa primeira “rainha reinante” de “Mulheres no teatro do mundo” sai de cena rapidamente. O qualificador “implacável”, que designa o comportamento de Henrique em relações a suas esposas, funciona como mais um mitigador da violência a qual essas mulheres foram submetidas. A recorrência do feminicídio não problematizado releva uma lógica argumentativa que justifica sub-repticiamente os atos impetrados por Henrique VIII. Mais uma vez, se o esforço dessa historiografia didática é fomentar a reação contra a violência de gênero, essa forma de adjetivação é improdutiva.

No último parágrafo do texto, a agência feminina se torna mais representativa:

- (5) Elizabeth I (1558-1603), filha de Ana Bolena, sucessora e irmã de Maria I, consolidou a presença das mulheres no trono inglês e tornou-se a “Suprema Governante da Igreja Anglicana”. O poder absolutista foi fortalecido e estabeleceu-se na primeira possessão na América, denominada Virgínia em sua homenagem, pois era conhecida como a “rainha virgem”.

O processo “consolidou”, ação mais significativa conferida no texto a uma personagem feminina, em termos de *status* e poder, é em seguida reforçado pela representação de Elizabeth I como “Suprema Governante”. Entretanto, o desfecho de sua representação, que é o desfecho do texto como um todo, recai sobre a vida sexual da rainha – ou melhor, sobre sua condição de virgem. Outra vez, não se trata de negar ou obliterar fatos históricos bem consolidados, seja na historiografia tradicional ou não. O ponto aqui é a escolha, entre tantos aspectos a serem levantados sobre essa rainha “no teatro do mundo”, da dimensão sexual-afetiva. Isso não reforçaria condicionantes das sociedades patriarcais dentro das quais a vida sexual da mulher é muito mais cerceada?

Como conclusão desta análise do primeiro texto de nosso *corpus*, o que podemos elencar como mais problemático, além da recorrente mitigação da violência contra mulheres, é que seu tema principal seja, a despeito do título, o rei da Inglaterra e não as mulheres, porque é dele que mais aprendemos na leitura do texto. Isso sugere que mesmo quando a tentativa é de privilegiar as mulheres na História, devido à naturalização/ cristalização de uma visão dos homens como protagonistas, o feminino tende a ser escanteado.

4.2. “África: O Reino dos Ngolas entre Holanda e Portugal”

No Volume 2, temos, primeiramente, o texto: “África: o Reino dos Ngolas entre Holanda e Portugal” (página 46). Ele está disposto no Capítulo 1 (“Inglaterra e Portugal: destinos cruzados”), na segunda seção (“Portugal e Brasil no século XVII”), cujos principais subtítulos são: “O Antigo Sistema Colonial”; “Os holandeses no Nordeste”; “África: o Reino dos Ngolas entre Holanda e Portugal”; “A Restauração Portuguesa”; “O fim da supremacia ibérica” e “O Sebastianismo”. Nessa segunda seção do segundo volume, o mote é, portanto, a vida no império português entre os séculos XV e XVII na inter-relação com suas colônias (principalmente o Brasil) e a concorrência com as outras nações emergentes europeias.

Diferentemente do texto anterior, “As mulheres no Teatro do Mundo”, este, como veremos, apesar de o título não fazer referência direta ao papel de uma mulher, é sobre ela que mais aprendemos. Isso já se evidencia parcialmente na análise do trecho reproduzido a seguir. O título anuncia que o foco do texto seria uma disputa colonial no território da atual Angola. Esse anúncio se confirma na coesão trazida pela descrição da região. Entretanto, já no primeiro

intertítulo (“Jinga: a rainha”), o foco do texto progressivamente muda, o que será confirmando nos próximos intertítulos. Vejamos a seguir, em (6), o trecho que vai do título ao conteúdo desse primeiro intertítulo:

(6) África: O reino dos Ngolas entre Holanda e Portugal

No final do século XVI, os portugueses avançaram em direção ao sul do Reino do Kongo à procura de metais preciosos e escravos, território dominado pelos povos ambundos. Os portugueses referiam-se ao Reino do Ndongo como Reino do Ngola ou Angola, confundindo o título do rei com o nome do reino.

O reino era dividido em unidades políticas menores, chamadas de *senzalas* (vilarejos), que eram governadas pelos sobas (senhores das armas). As senzalas eram construídas em torno da capital (*mbanza*). O controle das jazidas de ferro e das minas de sal da região formaram a base econômica que proporcionou ao reino expansão territorial e capacidade de formar grandes exércitos.

Jinga: a rainha

O Reino do Ndongo e os povos ambundos se opuseram durante muito tempo ao avanço dos portugueses. Entretanto, de todos os governantes, a mais famosa foi a rainha Nzinga Mbandi (1587-1663), ou Jinga, como também é conhecida, rainha dos reinos do Ndongo e Matamba. Como uma política astuta, Jinga não hesitou em se converter ao cristianismo a fim de conseguir um acordo de paz com os portugueses, nem de assassinar seu irmão para usurpar-lhe o trono, após os portugueses terem rompido o acordo.

É interessante notar a justaposição de metais preciosos e escravos, em que o paralelismo sintático corrobora na objetivação dos povos escravizados (ambos “objetos” a serem “buscados”). Em relação à questão propriamente de gênero, é patente como a rainha é representada de forma *suis generis*. Primeiramente, singulariza-se frente ao masculino universal (“todos os governantes”), como sendo a mais famosa. Em seguida, inicia-se o retrato de uma personagem calculista, o que se texturiza tanto nos qualificadores (“Como política astuta”), quanto nos processos associados (“não hesitou”) e nos elementos circunstanciais (“a fim de conseguir”, “para usurpar-lhe o trono”). A despeito do teor avaliativo que isso denota, é inegável a agência conferida a essa personagem. Dito de outra maneira, a figura da estrategista é indissociável daquela que atua; que ocupa “espaços de poder” (BRASIL, 2014b, p. 134).

Entretanto, podemos fazer a ressalva de que o empenho em retratar sua capacidade como estadista recai num compêndio avaliativo – por meio do léxico utilizado – negativo. Se, por um lado, temos o “não hesitou” e o “a fim de conseguir” como marcadores da sua capacidade de agir; por outro lado, o “assassinar” e o “usurpar-lhe” conferem uma forte avaliação sobre seus atos. Ao

comparar sua representação com a de Henrique VIII, é notório como esse último foi agraciado com um léxico (e, portanto, um teor avaliativo) bem mais conciliatório. Ou seja, ao contrário do que vimos na representação dos assassinatos promovidos por Henrique VIII, não houve mitigação da violência dessa que estava para muito além de uma “rainha reinante”.

Em (7) reproduzimos a sequência imediata do texto:

- (7) Contudo, como rainha, rejeitou o cristianismo e promoveu o fechamento dos entrepostos de tráfico. Essas medidas legitimavam seu poder perante a comunidade, mas afrontavam os interesses dos portugueses.
Diante do impasse, os portugueses rapidamente colocaram como sucessor ao trono do Ndongo um *soba*, um aliado, com a justificativa de que Jinga havia abandonado a fé cristã, e assim seus súditos estavam livres de quaisquer obrigações para com ela.

Ao ser iniciado com uma conjunção adversativa ("Contudo"), o trecho em (7) indica obrigatoriamente alguma forma de negação da ideia imediatamente anterior. Ou seja, por meio desse elemento coesivo, nosso esforço de apreensão na leitura é levado a buscar uma oposição. Entretanto, o que se opõe na continuidade do texto não está claro. Afinal, rejeitar o cristianismo e fechar entrepostos segue a lógica anterior da governante estrategista que acabara de ser anunciada. Podemos supor que a ideia contraposta é a avaliação implicitamente negativa da rainha (derivada da escolha lexical de “assassinar” e “usurpar”). Isso implicaria que a resistência cultural e socioeconômica ao universo escravista europeu seja o contraponto positivo da virulência da política astuta de Jinga. Porém, essa assertiva é incerta: não existem elementos textuais que validem completamente esse entendimento. Além disso, o uso da conjunção adversativa posterior (“mas”) suscita o questionamento sobre se não existiria uma tendência mais generalizada de falha no emprego desses elementos coesivos na produção desse texto. Afinal, para um encadeamento lógico mais preciso, talvez o uso mais apropriado fosse uma conjunção explicativa (por isso) ou, melhor ainda, que os elementos do período fossem invertidos e a conjunção mantida: *Essas medidas afrontavam os interesses dos portugueses, mas legitimavam seu poder perante a comunidade.*

No trecho reproduzido em (8), intensifica-se o caráter estratégico da personagem:

- (8) A rainha impedida de assumir o trono aliou-se à comunidade dos jagas, tornando-se rainha do Reino de Matamba e assumindo a chefia da sociedade guerreira até então comandada por homens. Esses guerreiros organizavam-se em torno de quilombos, espécie de campos militares e lugares de iniciação de novos guerreiros. Utilizavam o ferro na fabricação de

seus armamentos e repartiam-se em esquadrões de ataques que eram temidos tanto por outros povos quanto pelos portugueses. Mas vale notar que os combativos jagas eram antigos aliados dos portugueses na captura de escravos.

Ao serem elencadas as reações de Jinga (“aliou-se à comunidade”, “tornando-se rainha”, “assumindo a chefia”), sua agência – ou sua capacidade de agir – é representada em um crescente que evidencia o papel protagonista que mulheres – e mulheres negras – podem ter na História. Apesar desse avanço inconteste no empenho pela “formação cidadã” no que se refere a gênero (e aqui também a pertencimentos étnico-raciais), uma ressalva é necessária. Ao se elencar essa série de feitos sem maiores contextualizações (por exemplo, sobre como ela conseguiu chefiar uma “sociedade guerreira até então comandada por homens”), a narrativa torna-se tão heroica que a personagem pode ser facilmente idealizada. Ela pode também ser tida como um ente tão único que sua capacidade de se impor em um mundo dominado por homens não seja passível de realização por outras mulheres.

O excerto seguinte define-se pela argumentação em torno da capacidade de agir da rainha guerreira:

(9) Jinga: a guerreira

Durante mais de trinta anos, Jinga resistiu aos portugueses, inclusive aliando-se aos holandeses. De 1639 a 1648, a rainha liderou a coligação dos reinos de Matamba, Ndongo e Kongo juntamente com os aliados holandeses contra as forças portuguesas. Aproveitando-se da ocupação de Luanda pelos aliados, recuperou parte de seu território. Por fim, o Exército português acabou por vencer os adversários e Jinga teve de renunciar às terras do Ndongo e retirar-se para Matamba.

Jinga morreu em 1663, aos 82 anos de idade, com o Reino de Matamba ainda independente, mas com o Reino de Ndongo sendo anexado sob o nome de “Reino Português de Angola”. Muitos dos seus soldados guerreiros foram escravizados e trazidos para a América portuguesa.

Os processos materiais “resistiu”, “liderou” e “recuperou”, ao lado das informações circunstanciais em “inclusive aliando-se aos holandeses” e “Aproveitando-se da ocupação de Luanda pelos aliados”, são novamente marcadores de ações calculadas e dotadas de muito poder. Mesmo quando os processos se referem a ações sofridas (“teve de renunciar” e “retirar-se”), impõe-se um teor estratégico, ativo, bem distinto das escolhas representacionais observadas para as personagens femininas no primeiro texto.

Em (10), o último trecho deste texto, são descritas formas como Jinga persistiu na História, o que é entrecortado por segmentos argumentativos paradoxais:

(10) Jinga: o mito

Nos dias de hoje, Jinga, rainha de Matamba e do Ndongo, é cultuada como heroína angolana das primeiras resistências contra os dominadores. No Brasil, a rainha Jinga continua presente, não somente na “ginga” da capoeira, mas também nas congadas encenadas nas diversas regiões do país em que as cantigas celebram a grande guerreira africana.

A história de Jinga se tornou popular também entre os negros estadunidenses. *Reggae, raps e sites* da internet são feitos em honra de Jinga, que também foi transformada em heroína pelas feministas. Na literatura, na religião popular, na capoeira, nas canções, na internet, nos movimentos negros e feministas, Jinga figura como a rainha guerreira que lutou contra os brancos.

Diz-se que a rainha Jinga “continua presente” no Brasil, o que é um relato existencial impreciso. O vínculo lógico direto seria uma existência prévia no Brasil (figurada ou real) que não foi trabalhada anteriormente no texto de forma explícita. Pode-se depreender que essa personagem tenha sido transportada para o lado de cá do Atlântico pela memória de pessoas escravizadas; todavia, essa construção frasal não permite que seja esse o sentido apreendido indistintamente. Outro elemento paradoxal é a recorrência de mitigadores a cada vez que se atribui a Jinga o papel de heroína: ela é “*cultuada como heroína*”, foi “*transformada em heroína*”, “*figura como rainha guerreira*”. Por último, ainda vale mencionar a curiosa associação de Jinga como “uma guerreira que lutou contra os brancos”. Por mais que seja assim que sua representação tenha se cristalizado, segundo as informações dispostas no texto, ela teria se aliado, igualmente, aos holandeses; portanto, sua luta não poderia simplesmente ser contra esse *branco genérico masculino universal*.

Por fim, em relação ao texto “África: O Reino dos Ngolas entre Holanda e Portugal”, devemos ainda argumentar em favor de sua importância em descrever uma personagem – mulher e negra – cuja agência é, sem dúvida, preponderante na tessitura textual. Nesse aspecto, há uma contribuição para a formação cidadã. Não obstante, essa contribuição não é maior por problemas de construção textual: lógica argumentativa, por vezes, paradoxal, e elementos coesivos de uso problemático. E mesmo o título do texto não indexa o principal tema tratado (de forma homóloga – porém, invertida – ao que ocorreu no texto anterior, em que apareciam mulheres no título, mas

o assunto principal era outro). Também é pertinente perceber que toda a territorialidade simbólica ocupada hoje por Jinga, conforme descrito no fechamento do texto, pode ser considerada vinculada ao *não-oficial*, ao *minoritário*, ao *contra hegemônico* – em “Na literatura, na religião popular, na capoeira, nas canções, na internet, nos movimentos negros e feministas”, podem-se supor os duplos ausentes: literatura *vs.* História; religião popular *vs.* Religião (sem qualificadores); capoeira e canções *vs.* Cultura (dita alta ou universal); internet *vs.* Livros de História; movimentos negros e feministas *vs.* Sociedade (de modo mais geral). Nessa perspectiva, no próprio texto se encontram indícios da necessidade da representação dessa personagem no discurso oficial do livro didático, o que é, por si só, um argumento em favor da pertinência deste segundo texto.

4.3. “As mulheres e a Revolução de 1848”

O terceiro texto, também contido no Volume 2 (página 160), está no Capítulo 5 (“Nações, Nacionalismo e Internacionalismo”), que aparece dividido em quatro partes principais: “História e nacionalismo”; “A França no século XIX”; “1848: a Primavera dos Povos”; “A Segunda República Francesa”; “Pensando a revolução internacional”. O texto a ser analisado é uma subparte de “1848: a Primavera dos Povos”, que aborda os levantes populares e a emergente consciência de classe nesse contexto. Assim sendo, o texto analisado trata da participação de mulheres nesses levantes.

Sobre o título e os dois primeiros parágrafos, é curioso notar que não há informação prévia para entendermos o que significa “Marianne” ser “o símbolo da Revolução Francesa”:²⁷

(11) **As mulheres e a Revolução de 1848**

Marianne tornou-se o símbolo da Revolução Francesa. A República, a Nação, a Liberdade, a Democracia, a Justiça foram personificadas na figura de uma mulher. Apesar da intensa participação feminina na Revolução Francesa, sua organização em clubes e suas reivindicações de igualdade presentes na declaração de Olympe de Gouges, as mulheres foram excluídas da cidadania política, seus clubes foram fechados e Olympe foi guilhotinada.

²⁷ Marianne é o nome dado à figura feminina que representa a República, um dos símbolos da Revolução Francesa. Segundo o site da Embaixada da França no Brasil, “A origem do nome Marianne não é conhecida com exatidão. Nome muito difundido no século XVIII, Marie-Anne representava o povo. Mas os contra-revolucionários também chamavam assim, como forma de zombaria, a República”. (Fonte: <http://www.ambafrance-br.org/Marianne>, consultado em 23 de dezembro de 2013).

Entre 1830 e 1848, a França conheceu um novo período de agitação revolucionária que sacudiu as bases da ordem estabelecida. Mas uma vez os clubes femininos se espalharam e as mulheres, além de reivindicarem igualdade jurídica e direito a voto, também lutavam pelo direito à instrução, ao trabalho e à igualdade de salários.

No trecho em (11), há uma clara problematização da questão da subalternidade de mulheres, posicionadas no fluxo histórico como agentes (“intensa participação”), ao mesmo passo que se expõe sua exclusão (“foram excluídas da cidadania política”): a contradição inscrita na personificação de valores revolucionários na “figura de uma mulher” e a exclusão feminina dos direitos políticos é marcada na coesão textual em “Apesar da”. A lógica argumentativa contida nesses dois blocos traz de um lado a figura de Olympe de Gouges e, de outro, as mulheres como coletivo. Dessa forma, tem-se um adensamento da narrativa histórica na medida em que ela não é restrita a personagens heroicas ou singulares, mas atribuída a um ator social coletivo, ainda que por vezes definido de forma impersonalizada, como em “os clubes femininos se espalharam”.

No que se refere à representação da agência feminina, há dois aspectos a destacar nesse trecho. Primeiro, no parágrafo inicial do trecho, muitas das ações atribuídas a mulheres – e aqui falamos de ações tão significativas como as de participar, reivindicar, organizar-se – são referidas não por meio de processos que poderiam desencadear ações com Atores e Metas, mas por suas nominalizações (“Apesar da intensa *participação* feminina na Revolução Francesa, sua *organização* em clubes e suas *reivindicações* de igualdade”), o que, sabemos, mitiga seu valor acional (van Leeuwen, 2008). Segundo, e considerado o mesmo parágrafo inicial, todas essas ações (já mitigadas pela realização textual nominalizada) são inscritas no aparato circunstancial introduzido por “Apesar”, o que opera na desconstrução de sua efetividade. O segundo parágrafo, entretanto, inclui ações explicitamente atribuídas ao ator social coletivo “mulheres” (“as mulheres, além de reivindicarem igualdade jurídica e direito a voto, também lutavam pelo direito à instrução, ao trabalho e à igualdade de salários”).

A parte final do texto analisado privilegia um elemento bastante significativo: a intersecção entre gênero e classe.

- (12) As difíceis condições de trabalho impostas às mulheres conduziram-nas a reivindicações que coincidiram com as da classe operária em geral, estabelecendo uma relação entre o feminismo e os movimentos de esquerda. A palavra

feminismo começou a ser veiculada em francês (*féminisme*) no mesmo período que a palavra socialismo.

Nascidas durante a Revolução de 1830 e jovens durante a Revolução de 1848, essa geração de mulheres revolucionárias tornou-se a mais notável até então e a mais importante na luta pela emancipação feminina.

No trecho em (12), a intersecção gênero-classe pode acarretar um efeito duplo. Se, em uma direção, fomenta-se o olhar transversal entre movimentos sociais e enfatiza-se a relevância de se enxergarem imbricações nessas respectivas lutas; em outra, pode-se conduzir a uma redução da luta das mulheres à luta operária. É como se não houvesse especificidades à luta feminina, já que foram “as difíceis condições de trabalho que as conduziram a reivindicações” – aqui, a escolha pelo processo ‘conduzir’ é significativa. Não se trata de questionar a genealogia do gatilho das manifestações, mas a necessidade de contextualizar que a vida de uma operária não era a mesma de um operário, o que nos faz supor que as reivindicações tampouco seriam necessariamente as mesmas.

Finalmente, podemos encerrar a análise do texto frisando sua importância ao desvelar que, mesmo que mulheres tenham participado ativamente do processo revolucionário (o que em si já é um ganho de reconhecimento desse grupo na historiografia didática), a despeito desse fato elas foram alijadas de direitos. Isso pode certamente fomentar uma reflexão a respeito do universo feminino, de sua luta e de seus resultados.

4.4. “As mulheres na política”

O penúltimo texto, pertencente ao Volume 3 (página 82), encontra-se no Capítulo 3 (“Retratos do Brasil”), em sua primeira parte (“A moldura Oligárquica”), por sua vez, subdividida em dois títulos principais: “A Revolução de 1932” e “A Constituinte de 1934”. O texto analisado se encontra no final dessa segunda parte, que narra o aperfeiçoamento do processo eleitoral na década de 1930, quando se estendeu o direito de voto às mulheres.

Tendo em vista esse ensejo de avanço social (expresso constitucionalmente), analisamos “As mulheres na política”.

(13) *As mulheres na política*

A questão dos direitos políticos para as mulheres surgiu com nitidez durante a Revolução Francesa. Olympe de Gouges publicou a “**Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**”, uma versão feminista da célebre Declaração dos Direitos do Homem e do

Cidadão. Defendia a participação da mulher na vida política e civil em condição de igualdade com os homens. Foi condenada à guilhotina e morta por homens que se diziam defensores da liberdade. Na Inglaterra, Mary Wollstonecraft escreveu, em 1792, o livro *Defesa dos direitos da mulher*, baseado no princípio dos “direitos naturais” do indivíduo.

Como sempre, iniciamos pelo título. O primeiro aspecto significativo refere-se ao uso do artigo. Ao disporem do artigo definido “As” especificando o referente nominal “mulheres”, acaba-se veiculando a ideia de que são todas as mulheres, e não apenas algumas, que participaram desse processo. Dito de outra maneira, observe-se a diferença, sutil mas significativa, entre “*As mulheres na política*” e *Mulheres na política*. A segunda possibilidade implicaria a existência de algumas mulheres na política, o que tornaria mais clara a participação seletiva do corpo feminino no processo político.

Quanto ao primeiro parágrafo do texto, também reproduzido em (13), queremos chamar atenção para a colocação em “direitos políticos *para as* mulheres”, em lugar de outra possibilidade: direitos políticos *das* mulheres. Essa segunda colocação possível traria os direitos referidos à situação de inerência, ao passo que a opção selecionada no texto coloca os direitos para fora da condição feminina, algo a ser estendido. Ainda, destaca-se um paralelismo hierarquizante: de um lado, a “célebre declaração” dos Direitos do Homem, de outro, uma “versão feminista” desta mesma declaração. No jogo de adjetivos, o trabalho de Gouges é desvalorizado. Mas não nos deve escapar a ironia inscrita em “homens que se diziam defensores da liberdade”, o que pode levar um leitor ou leitora mais atenta a se questionar sobre a afinidade das lutas de classe e feminista nesse contexto.

A sequência imediata do texto é reproduzida em (14):

- (14) Em 1848, na França, uma nova revolução resultou na instituição do sufrágio universal, o direito de voto. Mas só os homens poderiam votar. A República que utilizava as mulheres como símbolo excluía-as do jogo político. No mesmo ano, a Convenção dos Direitos Femininos realizada em Nova Iorque publicava a “**Declaração dos Sentimentos**”, que defendia o direito de voto para as mulheres. Sua principal palavra de ordem era: “**Homens, seus direitos e nada mais! Mulheres, seus direitos e nada menos!**”. Foram insultadas, ridicularizadas e agredidas.

Iniciamos a análise desse trecho pelo efeito de paradoxo: se o sufrágio era “universal”, por que “só os homens poderiam votar”? Note-se novamente a colocação “para as mulheres” em “direito de voto para as mulheres”, semelhante ao que discutimos em (13). Nesse excerto textual, é de se notar também a ocultação de agência quando se trata de representar ações de exclusão ou

violência dirigidas a mulheres: por um lado, em “A República que utilizava as mulheres como símbolo excluía-as do jogo político”, a atribuição de ação ao ente abstrato “República” apaga os atores reais dessa exclusão; por outro lado, a escolha pela voz passiva sem atribuição de agentes em “Foram insultadas, ridicularizadas e agredidas” também tem o efeito de ocultação.

O eixo norteador do excerto em (15) é o movimento sufragista e suas conquistas em diferentes espaços e tempos:

- (15) O início do século XX foi marcado por **manifestações sufragistas**, como foram designadas as mulheres que reivindicavam o direito de voto. Na Europa e nos Estados Unidos, grupos e associações femininas mobilizavam-se pelo direito à participação política.

A Primeira Guerra Mundial afetou o movimento sufragista, que só voltaria a se fortalecer após 1918. Em 1920, o direito ao voto foi conquistado nos Estados Unidos. A partir de então, sucessivamente, diversos governos passaram a incluir as mulheres entre os seus eleitores: Índia, em 1921; Inglaterra, em 1928; Turquia, em 1934; França, em 1944.

No Brasil, a potiguar Nísia Floresta (1810-1885) influenciada por Mary Wollstonecraft, publicava o livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Seu estado natal, o Rio Grande do Norte, foi o primeiro a legalizar o voto feminino no país, em 1928. A paulista Bertha Lutz (1884-1976) também é considerada uma das importantes líderes do movimento sufragista, e sua atuação é lembrada como fundamental para a decisão que permitiu que o Código Eleitoral garantisse o direito de voto e de participação das mulheres nas eleições de 1933 para a constituinte. Entre os parlamentares que redigiram e votaram a Constituição de 1934 havia uma mulher, a médica Carlota Pereira de Queiroz.

Em primeiro lugar, o texto ocupa-se em construir referência para o movimento sufragista, quando são representados “manifestações sufragistas”, “grupos e associações femininas” e “o movimento sufragista” – os processos articulados a esses atores coletivos têm valor acional elevado no contexto descrito: mobilizar-se e fortalecer-se. Focalizando o espaço nacional, o trecho, em seu segundo parágrafo, apresenta três personagens individualizadas, ligadas à conquista do “direito de voto e de participação *das* mulheres” (aqui não se nota colocação com “para”). Para as três mulheres – Nísia Floresta, Bertha Lutz, Carlota de Queiroz – atribuem-se ações, mais ou menos explicitamente, mas apenas à primeira se associa um processo material, ligado ao mundo da escrita: a ação de publicar. Para a segunda, reserva-se um processo relacional (ser considerada) e uma nominalização de ação indefinida (“sua atuação”) e à terceira vincula-se um processo existencial – ela simplesmente existe num contexto dado, mas pela força do contexto a que se vincula aparece como figura empoderada na luta sufragista, mesmo que suas ações não sejam diretamente contempladas no texto.

O teor argumentativo mais significativo que se verifica no texto é o de delinear uma lógica de avanço espaço-temporal dos movimentos feministas e sua influência no território brasileiro. A partir dessa lógica, França e Inglaterra aparecem como pioneiras; o que se perde na explicação, contudo, é por que na Índia e na Turquia as mulheres tiveram o direito de voto conquistado anteriormente ao que aconteceu nessas potências europeias. Dessa forma, é possível questionar-se sobre o porquê de o caso brasileiro ser representado descolado dos demais e, conseqüentemente, seu relativo pioneirismo (direito de voto feminino já em 1933) ser negligenciado.

Por fim, podemos acrescentar que esse texto constrói um sentido de continuidade com o anterior, do Volume 2 (“As mulheres e a Revolução de 1848”), trazendo novas informações e, portanto, se prestando a dar visibilidade, no conjunto da coleção, ao contínuo histórico e transnacional da luta de mulheres (vale lembrar que esses textos estão nos verbetes indexadores do feminismo). Entretanto, existem problemas nas construções frasais que diminuem sensivelmente o potencial de representar a capacidade de agir das mulheres.

Outro fator, menos relevante mas que também vale mencionar, é ligado à falha na construção encontrada em dois erros de escrita, que talvez apontem para certo descuido que explicaria a própria tessitura deficitária nos textos da coleção. Em “marcado por **manifestações sufragistas**, como foram designadas as mulheres que reivindicavam o direito de voto”, da forma como está escrito, parece que as mulheres eram designadas “manifestações sufragistas” e não simplesmente sufragistas, como é o caso. O segundo erro está na data de nascimento de Bertha Lutz (1984-1976), que não poderia ter nascido antes de vir a falecer.

4.5. “Governo Dilma”

Este texto é o último do terceiro volume, portanto, o último de toda coleção. Como o título expressa claramente, ele trata do atual governo federal brasileiro. Não se pode negligenciar, entretanto, que a publicação da coleção data de 2013 (devido à complexa lógica de avaliação, escolha e distribuição do PNLD, esse é o tempo necessário para que os livros possam ser utilizados no triênio 2015-2017). Conseqüentemente, a abordagem sobre o governo Dilma está limitada ao seu primeiro mandato incompleto. Também não se pode negligenciar que ele se localiza no capítulo 9, “A globalização”, na terceira seção, “Lula: para além do bem e do mal”. Esse último descritivo é particularmente importante porque, como se verá, a personagem do

presidente Lula se faz fortemente presente no texto, e isso impacta na agência atribuída à atual presidenta.

Para fins de análise, segmentamos o texto em seis excertos, que passamos a analisar. Como os anteriores, este texto será analisado integralmente.

(16) **Governo Dilma**

As pesquisas de opinião apontavam que cerca de 87% da população brasileira consideravam o governo de Lula ótimo ou bom em dezembro de 2010. Esse altíssimo índice de popularidade foi decisivo para a vitória da ministra Dilma Vana Rousseff sobre José Serra (PSDB).

O Brasil elegia uma ex-guerrilheira vinculada à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e ex-presa política que havia sido torturada durante a ditadura. É também a primeira mulher a ocupar o cargo máximo da República.

Logo de início, relata-se o caráter “decisivo” do “índice de popularidade” do ex-presidente para que Dilma vencesse a eleição. Em seguida, o foco agentivo é dado ao Brasil, que elege uma candidata cuja descrição é realizada num crescente em que adjetivações expõem sua singularidade: primeiro como “ex-guerrilheira”, intensificado por “vinculada” à “Vanguarda Popular Revolucionária”; em seguida, como “ex-presa”, qualificado por “política” e intensificado por “torturada pela ditadura”; por fim, simplesmente como “mulher”, mas qualificado por “primeira”. Em termos representacionais, tem-se forte referência a um passado embrenhado de agência, o que se materializa textualmente por meio dos qualificadores. Mesmo no caso de “torturada” – que aponta para ação sofrida e não desempenhada –, na lógica argumentativa que une “ex-guerrilheira”/ “ex-presa política”/ “torturada pela ditadura”, ainda se figura incidentalmente uma noção de ação no mundo (disjunção da qual van Leeuwen faz menção quando distingue agência sociológica e linguística). Tudo isso constrói, para essa mulher representada, uma aura heroica na narrativa histórica.

O sentido transita – desde o sujeito (“primeira mulher”), passando pelo centro da ação (“ocupar”), até seu complemento (“cargo máximo”) – progressivamente reforçando a potência de sua posição. A escolha de apresentá-la, deixando em segundo plano seu passado recente (histórico de ministra) ou mesmo outros aspectos de sua trajetória (formação em Economia, por exemplo) aponta para o esforço argumentativo no texto de pensar seu governo em perspectiva com o movimento da democracia brasileira (como se tornará evidente no último parágrafo, reproduzido no excerto 22). Vejamos:

- (17) Dilma foi candidata por uma ampla coligação de dez partidos. Entre eles, o PMDB, que indicou o candidato a vice-presidente, Michel Temer. No primeiro turno, Dilma obteve cerca de 47% dos votos, contra cerca de 37% de Serra e 19% de Marina Silva, ex-ministra de Lula que concorreu pelo Partido Verde (PV). No segundo turno, Dilma obteve 56% contra 44% de Serra.

O foco, a partir desse ponto, recai sobre o extenso grupo (“ampla coligação”, no excerto a seguir) que sua candidatura representava, revelando alto nível de consenso em torno dessa “expressa política” (não apenas de seu partido, mais de outros nove). Em seguida, o foco passa para sua superioridade na contagem dos votos que levaram a sua vitória. Uma consideração deve ser feita, nessa passagem, sobre o descritivo da concorrente Marina Silva (especialmente porque nenhuma descrição do concorrente José Serra é feita). Ainda que breve e expondo, em primeiro plano, sua condição de “ex-ministra” do governo anterior (como dito anteriormente, Lula é figura transversal no texto), seu descritivo reforça a visibilidade de mulheres, reificando sua atuação em altos cargos do executivo federal.

O excerto seguinte do texto passa a descrever o início do governo Dilma:

- (19) Contando com maioria parlamentar, o início do governo de Dilma caracterizou-se pela manutenção da política econômica do governo Lula. Com isso, as dificuldades decorrentes da crise mundial foram contornadas por sua equipe de ministros.

Uma vez mais assinalando a centralidade do presidente antecessor, o governo Dilma (seu início) é apresentado como uma continuação do governo anterior (o que tende a esvaziar sua agência no texto). É interessante notar que essa continuação refere-se, especificamente, à política econômica, e que o âmbito econômico ganha uma importância central no conjunto argumentativo. Essa continuidade, inclusive, é entendida como o que garantiu que “a crise mundial” não tivesse maior impacto no Brasil. Nessa perspectiva, a agência de Dilma pode-ser lida como ambígua, porque se afirma que foi a “sua equipe de ministros”, em continuidade com o passado, que contornou esses problemas econômicos (ou seja, torna-se incerto qual foi a sua participação nesse feito).

No excerto seguinte, o país volta a se tornar agente, quando o foco do texto desloca-se para a posição brasileira na hierarquia econômica mundial:

- (20) Em virtude dos problemas econômicos em nações europeias como Itália e Reino Unido, o Brasil alcançou a sexta posição entre os países mais ricos do mundo em 2012.

Enquanto a situação econômica do país era positiva no início daquele ano, do ponto de vista político, denúncias de corrupção e tráfico de influência levaram à demissão de sete ministros. Mesmo assim, após um ano de governo, a popularidade de Dilma superava a de todos os presidentes desde 1992. Entre os entrevistados, 59% consideravam o governo Dilma ótimo ou bom. Após um ano de governo, o índice de Color era de 23%; Itamar alcançou 12%; FHC 41% e Lula 42%.

O indicador econômico (“sexta posição entre os países mais ricos do mundo”) é usado para dar prosseguimento ao argumento de que a esfera política – observe-se o efeito de contraponto da corrupção “do ponto de vista político” – seria negligenciada frente ao crescimento econômico. Nesse contexto, relaciona-se à “popularidade” da presidenta Dilma o processo “superava”, o que tem implicação significativa, pois assinala uma superação frente à série de personagens masculinas que ocuparam seu cargo anteriormente e que são listadas no texto.

Na sequência, o paralelo entre conquistas econômicas *versus* males da política se desenvolve:

- (21) Se a situação econômica do país permite-lhe figurar cada vez mais em reuniões das grandes potências mundiais, a situação das instituições democráticas brasileiras e as reformas sociais profundas na educação, saúde e saneamento básico ainda são seus pontos negativos. O Estado ainda é utilizado como balcão de negócios por setores que se aproveitam de sua posição política para obter vantagens particulares. As denúncias de corrupção são recorrentes em todos os níveis da administração pública brasileira.

Este segmento textual é estruturado em um crescente da personificação do país, reforçando uma suposta agência autônoma deste, o que suprime a representação da agência da presidenta Dilma, ou da sua equipe de ministros, ou de qualquer outro ator/atriz político que estive em foco. Em relação à questão temporal, dois elementos são marcantes. Primeiro, em “O Estado ainda é utilizado”, por meio do advérbio “ainda” indica-se que no atual governo não cessaram as relações escusas com o poder. Entretanto, no seguimento desse argumento, em “denúncias de corrupção são recorrentes”, não existe nenhuma adverbiação que lastreie essas denúncias também ao passado. E mais, devido ao pronome indefinido (“todo”), que funciona como um intensificador das denúncias, pode-se depreender que a corrupção não apenas persistiu, mas que aumentou (sobretudo, se levado em consideração que foi dito anteriormente que foram demitidos sete ministros por corrupção).

O último excerto apresenta uma ruptura com a lógica argumentativa que vinha se construindo por meio da divisão economia *versus* política (corrupta). É afirmado que a despeito

de todas as denúncias de corrupção, a democracia brasileira possui um saldo não apenas positivo, mas *extraordinariamente* positivo.

- (22) Ainda assim, o saldo do regime democrático é extraordinariamente positivo. Apesar de todos os seus problemas sociais, o país apresenta um bom nível de transparência pública e de liberdade de expressão. As divergências políticas, por mais intensas que possam parecer, são discutidas e resolvidas no âmbito das instituições democráticas. Nesse sentido, o percurso da política brasileira desde 1985 é exemplar.

A primeira observação é que a escolha adverbial por “extraordinariamente” como modificador de “positivo” pode ter sido equivocada, pois traz para o texto a possibilidade de falsas inferências no que diz respeito à conjugação entre corrupção generalizada e transparência pública. A segunda observação é sobre o fato de o texto concernente ao governo Dilma ser finalizado com reflexões mais abrangentes em relação à trajetória da democracia brasileira e isso, a despeito de possíveis fragilidades na coesão textual, talvez explique o porquê de a presidenta ter sido, prioritariamente, construída como uma personagem da luta contra ditadura (antítese, por excelência, do atual regime democrático brasileiro). Porém, curiosamente, sua personagem desaparece completamente na parte final do texto (excertos 21 e 22). De todo modo, o texto encerra-se e, portanto, encerra-se o livro e a coleção como um todo, oferecendo pouco espaço efetivo para agência da “primeira mulher a ocupar o cargo máximo da República”. Talvez isso possa ser explicado pela questão temporal, já que quando o livro foi escrito esse governo estava em seu início e também fortemente influenciado pelo anterior.

Por fim, pode-se considerar que a maior contribuição relacionada ao pensamento historiográfico diga respeito ao esforço de conjugar instâncias aparentemente contraditórias. Certamente, isso poderia ter sido mais bem trabalhado no que tange à coesão e à coerência textuais, mas o esforço é patente, inclusive, no título da seção que abarca esse texto (Lula: para além do bem e do mal). Finalizamos nossa análise como essa ponderação porque consideramos fundamental que esse tipo de subsídio – mesmo que frágil – seja esboçado nos LD, pois compreendemos que os quesitos da formação cidadã compreendem o desenvolvimento de um pensamento não dicotômico, não maniqueísta e não absolutista.

Encerrando o capítulo microanalítico, pode-se observar que a pesquisa estrutural, em textos integrais consegue desvelar aspectos mais profundos de sentido, problematizando singularmente a questão da subalternidade/ agência. E é justamente nesse detalhamento estrutural

que pôde desvelar fragilidades mais sutis da coleção, como na violência naturalizada de Henrique VIII (“Mulheres no teatro do mundo”). Porém, essa mesma análise pormenorizada não deixou de apontar construções valiosas sob a lógica da formação cidadã, por exemplo, quando foi revelado que mesmo participado da revolução de 1848, as mulheres foram alijadas de direitos (“As mulheres e a Revolução de 1848”). Sendo esta a última das análises, o próximo segmento não poderia ser outro, senão as considerações finais, onde se tem o balanço geral de toda coleção.

Considerações Finais

Após examinarmos a coleção de História mais adotada no Distrito Federal para o Ensino Médio, procurando compreender como ela atende à diretriz da *formação cidadã* no que se refere à construção de uma sociedade “não sexista, justa, igualitária” (BRASIL, 2014b, p. 134), verificamos sérias fragilidades nesses quesitos. Em diferentes níveis, tanto a coleção de fragmentos quanto os cinco textos analisados, no que concerne ao papel de mulheres e LGBTT na História, apresentam obliterações e/ou ambivalências frente a suas agências, o que aponta para fragilidades representacionais na construção pedagógica dessas alteridades.

E esse resultado analítico conflita com o disposto na resenha que consta no Guia do Livro Didático (GLD) e que serve de parâmetro para que professores/as possam selecionar os livros com os quais desejam trabalhar. Para fins contrastivos, vejamos abaixo o que a resenha sobre o *Oficina de História* – que representa o discurso oficial do Ministério da Educação – estabelece a respeito da diretriz da formação cidadã.

A obra concilia a história com a **construção da cidadania**, articulando o ensino de História com questões socioculturais, debatendo temas como a intolerância, as discriminações, os estereótipos e estigmas. Apresenta uma proposta de trabalho na qual o professor e o aluno são instigados à reflexão, contribuindo para a formação de cidadãos éticos, críticos e autônomos (BRASIL, p. 101, 2015b)

De forma reveladora e inquietante, o exposto no GLD é muito mais complacente (ou mesmo elogioso) do que seria o razoável, levando em consideração as fragilidades representacionais apontadas ao longo da dissertação. Isso revela a dificuldade patente na circulação de recursos didáticos com maior potencial de ruptura de discursos hegemônicos na nossa sociedade, na qual a subalternidade de mulheres e do grupo LGBBT constitui-se como um elemento fortemente organizador da vida social.

Sem embargo, também não pretendemos aqui deixar de reconhecer o nítido esforço instanciado, em diversas passagens dos conjuntos textuais examinados, de narrar os eventos históricos favorecendo tanta a luta de mulheres (ou o espaço dessa luta na História) quanto o fato da perseguição do grupo de LGBTT. E com isso, queremos afirmar que a referida resenha possui os seus méritos, revelando que ela não foi produzida a despeito de qualquer critério.

Nesses termos positivados, podemos destacar, por exemplo, a narrativa acerca da rainha Jingga que, a despeito das problemáticas ambivalências realizadas no texto, retrata e intersecciona a questão de gênero com a étnico-racial. De outro lado, podemos elencar igualmente a centralidade dada à perseguição de tipo política ao grupo de LGBTTT, levando à cena uma questão pouco debatida no âmbito maior da sociedade. Essas ressalvas são necessárias porque não almejamos realizar – em absoluta – uma *crítica pela crítica*.

Não negligenciamos a dificuldade inerente à produção de livros didáticos que atendam a tantos requisitos. E mais que isso, entendemos que a diretriz da *formação cidadã* do PNLD é uma ação governamental, cujo impacto, obviamente, é progressivo. Por isso é importante que se façam críticas como esta (muito mais extensas e complexas do que as resenhas contidas no GLD), para que esses recursos possam ser apreciados de forma distinta e – oxalá – ajudem a alterar práticas pedagógicas nas salas de aula onde são utilizados (o que esperamos que aconteça por meio dos relatórios que são enviados os/as coordenadores/as da área de Humanidades da Secretária de Estado e Educação do Distrito Federal). E isso é tão mais importante agora, quando uma nova onda conservadora ganha ímpeto no país, ameaçando conquistas como as da educação de gênero nas escolas.

Por último, ainda é necessário salientar o quanto a Análise de Discurso Crítica (a contrapelo ou não) pode ser um valioso instrumento teórico-metodológico para se examinarem as políticas públicas em suas múltiplas cadeias textuais (especialmente quando sensibilizada pela crítica pós-colonial). De forma semelhante, podemos considerar essa mesma capacidade heurística para o estudo da escrita da História, desde que haja a observância da complexidade dessa escrita e do universo epistêmico no qual ela deriva.

Assim, esperamos que esta dissertação tenha destacado argumentos favoráveis tanto para estudos que privilegiem a imbricação entre a ADC e a escrita da História, como para aqueles em que a ADC seja recurso para o exame das cadeias textuais inerentes às práticas de governança (principalmente dessa última possível imbricação, ainda tão pouco explorada).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. *Science de la science et reflexité*. Editora Raisons d’agir, 2001.
- BRASIL. *Guia do Livro Didático: História*. Ministério da Educação, 2014b.
- BRASIL. *Guia do Livro Didático: Português*. Ministério da Educação, 2014a.
- CAMPOS, F. & CLARO, R. *Oficina de História*. Volume 1. Editora Leya, 2013a.
- CAMPOS, F. & CLARO, R. *Oficina de História*. Volume 2. Editora Leya, 2013b.
- CAMPOS, F. & CLARO, R. *Oficina de História*. Volume 3. Editora Leya, 2013c.
- CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University, 1999.
- DIAS, J. *Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 2011.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis and critical policy studies. *Critical Policy Studies*, 7 (2), 2013. 177-97.
- FOWLER, R. *Sobre a linguística crítica*. Linguagem em (Dis)curso – LemD. V. 4, 2004.
- HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. 3 ed. (Revised by C. Matthiessen). London; New York: Routledge, 2004.
- MAGALHÃES, I. *Introdução: a análise de discurso crítica*. D.E.L.T.A. Vol. 21, 2015
- PASSERON, J-C. *Raisonnement sociologique: un space non poppérien de l’argumentation*. Nathan, 1991.
- PINSKY, C. *Estudos de Gênero e História Social*. Estudos Feministas. 2009.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Editora Pontes, 2011.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. *Análise de Discurso Crítica*. Contexto, 2006.
- RICOEUR, P. *Do texto à acção: ensaios de hermenêutica II*. Rés-Editora, 1989.
- RICOEUR, P. *Hermeneutics & the Human Sciences*. Editado e traduzido por John B. Thompson, Editora da Universidade de Cambridge, 1982.

- SILVA, D. & VIEIRA, J (org). *Análise do discurso – percursos teóricos e metodológicos*. Plano, 2002.
- SILVA, L. *A interpretação hermenêutica em Paul Ricoeur: uma possível contribuição para a educação*. Comunicações, nº. 2, 2011.
- SILVA, R. *A história da historiografia e o desafio do giro linguístico*. História da Historiografia, Nº17, 2015.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- THOMPSON, J. *Ideología y cultura moderna*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.
- VAN LEEUWEN, T. *A representação dos actores sociais*. In: PEDRO, Emília R. *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1998.
- Wodak, R. & Meyer, M. *Methods of critical discourse analysis. Introduction to qualitative methods*. SAGE publications, 2001.
- XU, G. *A New Perspective of Language Study: Critical Linguistics*. US-China Foreign Language, 2011.

